

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

CORRUPÇÃO DO PS!

É necessário ir voltando a este tema e ir voltando todas as vezes que sejam necessárias até que não mais sejam necessárias... Isto quer dizer, desde logo, que se volto hoje a este tema é porque é ainda necessário! Infelizmente.

A corrupção por aí anda, às vezes pelos tribunais, a maior parte das vezes apenas pelos corredores e gabinetes dos poderes, sejam grandes ou, na maior parte das vezes, dos pequenos poderes.

A luta contra a corrupção é por isso bem necessária! Isto se não queremos perpetuar a iniquidade e o compadrio, o enriquecimento pessoal à custa do exercício do poder público e o uso de poderes públicos para interesses privados, ao arrepio da lei e dos direitos fundamentais de um Estado de Direito.

Também por isso se estranhou e se estranha o comportamento do PS...

Primeiro nem uma linha sobre o assunto no seu Programa de Governo, nem uma palavra dita por algum membro do Governo. É assunto desconhecido e esquecido! Nem mesmo tendo o Governo avançado com uma reforma do direito penal a questão surgiu à luz do dia!

Segundo, mais grave, apenas por se tratar já de um comportamento por acção e não apenas por omissão, o PS zurziu forte e feio nas iniciativas do seu Deputado e ex-Ministro, Gomes Cravinho, a favor de um aumento do combate à corrupção!

Só em desespero e face à insistência de Cravinho, o PS lá se dispôs a agendar o debate de todas as propostas, mas não subscrevendo as apresentadas por Cravinho... Feio!

Mais, foi o PSD, por Marques Mendes, que teve de vir suportar uma das principais medidas propostas por Cravinho: a criminalização do enriquecimento ilícito!

É caso para perguntar: de que é que o PS tem medo?

Foram aliás, bem notados, todos os enormes esforços para desviar as atenções feitos pelo PS e pelo Governo.

Ridícula a homenagem tentada a Cravinho. Mais do que ridículos os elogios públicos à vida política de Cravinho, até no Diário de Notícias, pelo punho do ex-Presidente, Jorge Sampaio, em momento de plena discussão acalorada entre Cravinho e o PS! Para alguém desatento até parecia que Cravinho tinha falecido (longe vá o agouro), pois tais elogios são normalmente reservados para esses momentos...

Não podemos, por isso, deixar de considerar vergonhoso o convite feito a Cravinho para administrador do BERD, com o concomitante afastamento de Portugal e da política de Cravinho. E incrível o mesmo ter sido aceite!

Assim vai a corrupção do PS!

“A Ota não é
uma solução.
A Ota é um problema”



Destaques:

Marques Mendes recebido pelo PR
para avaliar o projecto da OTA

Pag. 2 e seguintes

Actividades do PSD no combate político

Leia no interior

Artigo de Opinião: Como o Governo pensa
e manipula a opinião através da Televisão

Leia após as notícias
do Parlamento

Luís Marques Mendes defende junto do Presidente da República a suspensão do novo aeroporto da OTA

O líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes, defendeu a suspensão do projecto do novo aeroporto da Ota, numa audiência com o Presidente da República, de quem espera uma palavra sobre este assunto.

“A Ota é uma solução cara demais, tem problemas de segurança, e sobretudo, tem um período de vida curto”, afirmou Marques Mendes, após uma reunião de mais de uma hora com Aníbal Cavaco Silva, no Palácio de Belém, em Lisboa.

Marques Mendes defendeu que num “investimento desta envergadura”, como é o novo aeroporto, “todos os órgãos de soberania”, incluindo o Presidente, “têm uma palavra a dizer”.

O líder social-democrata quer que haja “um consenso técnico alargado” sobre a localização do novo aeroporto e diz que é preciso evitar este “facto consumado” do governo socialista de José Sócrates.

Mendes defende a suspensão do projecto, para “parar e reflectir” e evitar mais um “elefante branco”.

“A Ota não é uma solução. A Ota é um problema”, afirmou.

Marques Mendes defendeu que “num investimento desta envergadura”, mais de três mil milhões de euros, como é o novo aeroporto “todos os órgãos de soberania”, incluindo o Presidente, “têm naturalmente uma palavra a dizer”.

“Sem prejuízo da decisão que cabe ao Governo”, acrescentou.

O líder social-democrata defendeu “um consenso técnico alargado” sobre a localização e que é preciso evitar a política de “facto consumado” do Governo socialista de José Sócrates.

“É indispensável parar para reflectir para depois se avançar com solidez, com segurança. O país já tem ‘elefantes brancos’ que bastem”, afirmou.

Para Marques Mendes, o executivo “não pode ser surdo” às vozes, que “são cada vez mais”, que levantam dúvidas sobre o novo aeroporto.

“Não se podem resolver problemas políticos sem sustentação técnica, à custa do dinheiro dos portugueses e hipotecando o futuro”, disse.

Sem nada dizer sobre o papel que espera do Chefe de Estado, o presidente do PSD anunciou, sem mais pormenores, que o seu partido



irá tomar outras iniciativas a seguir.

Há alguns dias o Presidente da República afirmou querer evitar “entrar em polémica pública” sobre o novo aeroporto da Ota, mas lembrou que a União Europeia (UE) exige estudos “custo-benefício” para projectos desta envergadura.

“A União Europeia, para financiar quaisquer projectos de certa dimensão, exige uma avaliação de custo benefício, em que sejam considerados os benefícios monetários e económicos mas também aqueles que são intangíveis”, afirmou Cavaco Silva no final da segunda jornada do Roteiro da Ciência dedicada às tecnologias limpas, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa.

Para Cavaco Silva, a localização do novo aeroporto na Ota é “uma decisão técnica”.

A opinião de Ferreira do Amaral

Entretanto, o ex-ministro das Obras Públicas, Joaquim Ferreira do Amaral defendeu uma solução transitória para resolver o problema da capacidade aeroportuária na região da Lisboa, enquanto se estudam novas localizações para um novo aeroporto.

Em declarações à agência Lusa, Ferreira do Amaral afirma que uma

solução de bom senso seria adaptar a base aérea do Montijo ao tráfego civil, resolvendo a necessidade de aumentar a capacidade aeroportuária, enquanto se esclareciam todas as dúvidas sobre a localização de um novo aeroporto.

“O melhor era encontrar uma solução transitória, aproveitando as instalações que já existem, nomeadamente o Montijo”, disse à Lusa.

Para Ferreira do Amaral, esta solução permitira ganhar tempo, enquanto se estudava uma solução “que nos deixasse de consciência tranquila de que foram estudadas todas as hipóteses”.

“Parece-me [uma solução] de bom senso, muito mais barata e mais rápida” do que a construção de um novo aeroporto, afirmou.

Ota: Marques Mendes anuncia conferência nacional sobre novo aeroporto

No passado dia 17, em Setúbal, Luís Marques Mendes, anunciou a realização de uma conferência nacional alargada a técnicos e especialistas sobre o futuro aeroporto de Lisboa, sobretudo, as alternativas ao projecto da Ota.

A conferência nacional, que deverá ter lugar nas próximas semanas, visa dar a conhecer

propostas alternativas à construção do novo aeroporto internacional de Lisboa na Ota, que a actual direcção do PSD considera ser uma má opção para o país, entre outras razões, por não ter possibilidades de expansão.

O dirigente social-democrata, que falava num encontro com militantes de Setúbal para fazer o balanço de dois anos de governação socialista, anunciou também a intenção de propor a criação de uma comissão eventual da Assembleia da República, para reanálise do processo do novo aeroporto de Lisboa, defendendo que é possível um “consenso técnico alargado” sobre esta matéria.

Por outro lado, Marques Mendes disse que a localização da Ota não é tão boa como o governo pretende fazer crer, invocando um relatório da Navegação Aérea de Portugal (NAV), divulgado na edição de hoje do semanário Sol, segundo o qual o futuro aeroporto da Ota terá uma validade de 13 anos, muito abaixo dos 50 previstos pelo Governo.

“Ainda hoje eu vi divulgado em órgãos de informação um relatório que ninguém conhecia. Um relatório que é arrasador para o aeroporto da Ota, mas que o governo tinha a sete chaves guardado, alegadamente para que ninguém o conhecesse”, disse Marques Mendes.

“Todos os técnicos, todos os



especialistas, todos os estudos conhecidos dizem que há outras soluções e que há outras alternativas e acrescentam que essas soluções e essas alternativas não foram estudadas e não foram analisadas”, acrescentou o líder social-democrata.

Marques Mendes respondeu também às críticas do Primeiro-ministro à sua proposta de redução de impostos, assegurando que José Sócrates se enganou ao afirmar que se o PSD propõe uma descida de impostos, é porque a economia vai bem.

“Não, companheiros: a Economia vai mal, vai mesmo muito mal e aliviar o IRC e o IVA é justamente para pôr a economia a funcionar, porque ela não está a funcionar, e é

acima de tudo para ajudar a combater o desemprego, que deveria ser a preocupação central do Primeiro-ministro de Portugal”, esclareceu Marques Mendes.

Antes, o líder do PSD lembrou que a taxa de desemprego quando o governo de José Sócrates iniciou funções, há dois anos, era de 7,1 por cento e que, entretanto, aumentou para 8,2 por cento, apesar das promessas (falhadas) do Primeiro-ministro, de criar 150.000 novos postos de trabalho.

“A vida dos portugueses está cada vez mais difícil e mais afastada do nível de vida dos europeus”, constatou Marques Mendes, que alertou para o mau desempenho da economia portuguesa em 2006.

“Portugal teve em 2006 o pior crescimento económico de todos os países da União Europeia. Claro que se nos compararmos com o Burundi, está tudo bem, mas se nos compararmos com a Europa, infelizmente está tudo mal”, disse.

O presidente do PSD salientou também a descida da taxa de investimento nos últimos dois anos e garantiu que dos 23 grandes investimentos anunciados pelo governo, há cerca de um ano, apenas três foram concretizados – e não são dos mais relevantes!”.

“Dos 23 grandes investimentos anunciados pelo governo só três estão concretizados. Os outros 20 estão apenas no papel ou já desapareceram”, acusou Marques Mendes.

Marques Mendes acusa Mário Lino de “faltar à verdade” sobre a Ota e exige explicações no Parlamento

O líder do PSD acusou hoje o ministro das Obras Públicas de “faltar à verdade” ao dizer que todos os estudos sobre o futuro aeroporto da Ota são públicos, exigindo que Mário Lino explique estas “contradições” no Parlamento.

“Objectivamente o ministro faltou à verdade”, afirmou o líder social-

democrata, Luís Marques Mendes, em declarações aos jornalistas no final de um encontro com responsáveis da Associação Industrial Portuguesa (AIP).

Recordando que o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações disse na sexta-feira à noite, no programa “Expresso da Meia-Noite” da Sic Notícias que “tudo o que era estudo sobre a Ota era público”, Marques Mendes disse não ser “admissível” que, na manhã seguinte, surja no semanário Sol um relatório da empresa Navegação Aérea de Portugal (NAV) que reprova a localização daquela infra-estrutura.

“É uma contradição séria. Afinal, há um relatório da NAV que levanta sérias objeções ao aeroporto da Ota e que estava fechado a sete chaves”, referiu, lamentando que o Governo só “divulgue o que lhe dá jeito”.

“O que não convém ao Governo é omitido, escondido”, acrescentou, considerando que não “admissível do ponto de vista político” esta contradição entre as declarações do ministro das Obras Públicas e a divulgação do relatório.

Por isso, acrescentou Marques Mendes, o grupo parlamentar social-democrata deverá chamar ao Parlamento o ministro das Obras Públicas para explicar esta “contradição séria”.

- PL, Lusa, DN, Público

Conselho Nacional

O nosso Presidente retoma críticas à Ota

As críticas ao novo aeroporto da Ota foram um dos pontos fortes do discurso de Marques Mendes na reunião do Conselho Nacional do PSD, onde voltou a insistir na necessidade de reavaliar o processo de construção daquela infra-estrutura, segundo a “Lusa” e os jornais diários, citando declarações prestadas aos jornalistas pelo Secretário-geral, Miguel Macedo, durante um intervalo na reunião do Conselho

Os custos da Ota, os problemas de segurança e a localização do novo aeroporto, que o Governo que construir a cerca de 50 quilómetros a Norte de Lisboa, foram críticas recuperadas pelo líder social-democrata perante os conselheiros nacionais do partido. Como exemplo das iniciativas que os sociais-democratas estão a tomar neste âmbito, Marques Mendes teria referido a proposta de criação de uma comissão eventual para reavaliar o processo de construção do novo aeroporto na Ota, ideia avançada há cerca de um mês no plenário da Assembleia

da República pelo líder parlamentar social-democrata.

A criação desta comissão eventual será discutida no Parlamento nas próximas semanas.

Ainda segundo o dirigente social-democrata, o partido vai organizar um seminário técnico sobre a construção do novo aeroporto, que contará com a presença de vários especialistas.

Miguel Macedo desvalorizou ainda algumas divergências da posição assumida pelo Partido em matéria fiscal, considerando que “não vale a pena fazer um drama” da situação.

“É uma posição diferente, que se respeita”, acrescentou, assinalando que “o restante Conselho Nacional” concordou totalmente com a proposta de Marques Mendes de descer o IVA e o IRC.

“O presidente do partido faz esta proposta para relançar a economia. É uma forma de ganhar competitividade e relançar a economia”, sublinhou o Secretário-geral, assinalando que outros ex-ministros das Finanças do PSD, como Miguel Cadilhe e Eduardo Catroga, são “totalmente concordantes” com esta proposta.



Ainda de acordo com Miguel Macedo, relativamente à proposta de criação de uma comissão eventual para reavaliar o processo de construção do novo aeroporto na Ota, que será discutida na Assembleia da República a 3 de Abril, o Conselho Nacional classificou-a “unanimemente” como

“muito positiva”.

“O objectivo é colocar o Parlamento, enquanto órgão de soberania, a acompanhar os trabalhos, estudos, propostas de uma decisão que vai condicionar os próximos orçamentos numa larga escala”, afirmou Miguel Macedo.

Líder da bancada diz que começam a existir condições para reduzir impostos



O líder da bancada do PSD, Luís Marques Guedes, desvalorizou as críticas da ex-ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite à proposta de redução do IRC e do IVA, considerando que começam a existir condições para essa descida.

“A doutora Manuela Ferreira Leite é uma pessoa de referência dentro do PSD, que é sempre escutada. Mas isso não quer dizer que todos concordem sempre com tudo o que diz”, afirmou Marques Guedes, em declarações aos jornalistas à saída da reunião do grupo parlamentar social-democrata.

Segunda-feira à noite, no programa Falar Claro da Rádio Renascença, a ex-ministra das Finanças do governo de maioria PSD/CDS-PP liderado por Durão Barroso pronunciou-se contra uma eventual descida de impostos.

“Parece-me impensável que haja uma redução dos impostos sem haver uma redução da despesa”, acrescentou Manuela Ferreira Leite.

A proposta de reduzir a taxa do IRC e do IVA foi apresentada no sábado pelo líder do PSD, no seu balanço de dois anos e governação socialista.

Na ocasião, Marques Mendes propôs que a taxa do IVA passe de imediato para 20 por cento e que até ao fim da legislatura seja reduzida mais um ponto percentual. No IRC, sugeriu que a taxa de 25 por cento desça de imediato três pontos

percentuais e que até ao fim da legislatura seja reduzida para 20 por cento.

Confrontado com as declarações de Manuela Ferreira Leite, o líder da bancada social-democrata disse são palavras que “merecem todo o respeito”, mas lembrou que outros antigos ministros das Finanças já transmitiram opiniões contrárias às da antiga titular daquela pasta.

Em defesa da proposta apresentada pelo líder social-democrata, Marques Guedes sublinhou o “problema sério de competitividade fiscal” que Portugal tem neste momento e lembrou que outros países, como a Alemanha, “que tem uma crise orçamental grave”, baixou recentemente a taxa de IRC em oito pontos percentuais.

“Em Portugal também começam a existir condições para baixar gradualmente o IVA e o IRC”, acrescentou.

Segundo Marques Guedes, a redução dos impostos foi, aliás, uma das áreas que o líder social-democrata apontou como prioritária na agenda política do partido, durante a sua intervenção na reunião da bancada do PSD.

“Há cinco grande áreas que devem estar na agenda política do PSD: a Ota, os impostos, a saúde, o ambiente e a cultura”, disse Marques Guedes, adiantando que esta agenda foi “aplaudida e aceite por todos os

deputados”.

Nas declarações aos jornalistas à saída da reunião, Marques Guedes assinalou ainda a “clara convergência de todos os deputados e também de Pedro Santana Lopes” com “grande parte das orientações” definidas pela direcção do partido.

Marques Guedes recusou, por isso, que exista qualquer “tensão ou conflito” entre Marques Mendes e o seu antecessor na liderança do partido.

“Conflito e tensão são palavras suas”, afirmou o líder parlamentar, dirigindo-se a um jornalista.

“O que houve e há é um debate acalorado sobre os melhores caminhos”, acrescentou.

PSD defende criação do Estatuto do Doente Crónico

A deputada do PSD Regina Bastos defendeu no Parlamento, a criação do Estatuto do Doente Crónico de modo a uniformizar e nivelar as comparticipações do Estado no preço dos medicamentos destinados às doenças que os afectam.

A parlamentar considerou que “não faz qualquer sentido uns medicamentos terem uma comparticipação superior à de outros quando todos se destinam a doentes crónicos”.

“É que, por muito que isso custe a alguns, não há doenças politicamente mais correctas do que outras”, frisou, recordando que “são mais de dois

milhões de portugueses” afectados por doenças crónicas.

Regina Bastos acusou o Governo de ter “reduzido as comparticipações do Estado no preço dos medicamentos e criado regras socialmente injustas e administrativamente onerosas e falíveis para reembolsar os doentes crónicos, e só nos casos em que estes são os mais pobres entre os pobres”.

“Diminuí apoios criados pelos anteriores governos, de que é exemplo a equiparação da comparticipação de medicamentos antiasmáticos”, acusou ainda.

Segundo a deputada social-democrata, “o actual ministro revogou essa medida sem o justificar e argumentou que iria dar início ao processo de revisão global do regime de comparticipações. Iria, até hoje...”.

“Em dois anos o Governo nada construiu mas muito fez para destruir.

Perante esta política, não surpreende que o Chefe de Estado, ainda recentemente, tenha chamado a atenção do Governo para o facto de existirem ‘franjas da sociedade e do território em clara desvantagem no acesso a cuidados médicos e se tenha referido mesmo aos ‘doentes crónicos a quem faltam apoios”.

Sócrates deve preocupar-se, não com a OTA, mas com a reanimação da economia

O vice-presidente do PSD, Azevedo Soares, disse à agência Lusa que o primeiro-ministro José Sócrates deveria preocupar-se com a “reanimação da economia e não com o facto de o PSD estar contra o novo aeroporto da OTA”.

Azevedo Soares, que reagia às acusações do primeiro-ministro sobre a posição do PSD sobre o novo aeroporto da OTA, salientou que a “posição do partido é responsável e credível e é determinada pela situação do Orçamento e das contas públicas”.

“O engenheiro José Sócrates deve preocupar-se com a reanimação da economia para se criarem postos de trabalho e não com a posição do Dr Marques Mendes”.

No entender de Azevedo Soares, o primeiro-ministro é que deve preocupar-se “com o facto de ter prometido que ia baixar os impostos e não foi isso que fez quando chegou ao Governo”.

“José Sócrates tem 1.300 trabalhadores ameaçados de despedimento na fábrica de calçado Rohde, 70 que saíram de Portugal



para trabalhar fora porque não têm trabalho e está chocado porque o PSD está contra o novo aeroporto da OTA?”, questionou ainda Azevedo Soares.

Rui Rio quer “quadro legal” que impeça comunicação social de “descredibilizar”

Rui Rio, ex-Secretário-geral do PSD e actual presidente da Câmara do Porto, participou num jantar promovido pela concelha social-democrata de Torres Novas (Santarém) e que, como o próprio sublinhou, conseguiu reunir mais quase meio milhão de convivas “num dia de Porto/Sporting”, afirmou que não iria fazer um “comício contra o Governo”, mas defendeu a adopção de medidas legislativas que impeçam

sério”, afirmou, atribuindo a perda de leitores à forma como a comunicação social “descredibiliza o regime” de uma forma exagerada, o que resulta, também que se “descredibiliza a si própria”.

“É preciso um quadro legal que minore essas situações” e leve a que “haja mais cuidado com algumas afirmações”, responsabilizando, com medidas punitivas (como por exemplo a cassação da carteira por determinado período) quem escreve o que se prove ser “manipulado” e não ser verdade, defendeu.

“É importante credibilizar o regime, e ao credibilizar o regime temos de credibilizar a comunicação social”, disse, apelando a que os responsáveis dos órgãos de comunicação social “parem para pensar”.

“Só ganham em fazer esta reflexão,

Favorável a uma regionalização que use melhor os dinheiros públicos

Rui Rio, disse ainda que, “com o devido cuidado”, actualmente “vale a pena pensar numa solução de regionalização” que “utilize melhor e com mais cuidado o dinheiro” que é gerido centralmente.

Frisando que, tal como há oito anos, voltaria a votar contra o projecto de regionalização então levado a referendo, Rio afirmou que os anos de experiência autárquica convenceram-no de que há situações que são melhor decididas localmente, pelo que está “aberto a encontrar uma proposta em que possa votar sim”.

“O problema não é quais as juntas ou governos regionais que deveriam ser criadas, mas com que competências”, nomeadamente ao nível da educação e saúde, “e em que escala ou dimensão”, disse.

“Não sei neste momento, exactamente, qual seria a melhor solução, mas sei que face à minha experiência, hoje estou aberto para ver se há uma solução equilibrada para a situação presente”, afirmou.

Num discurso em que atribuiu a situação actual do país à falta de “coragem” de muitos políticos que não tomaram as medidas que se impunham, Rio considerou “urgente” passar os mandatos legislativos e autárquicos para cinco anos, como já acontece com a presidência da República e o

Parlamento Europeu, a bem da estabilidade governativa.

“Esta é uma questão que temos de olhar de frente. O país precisa de menos actos eleitorais e mais governação”, afirmou.

Além de defender a adopção de um quadro legal que responsabilize a Comunicação Social, o ex-dirigente do PSD defendeu a mesma medida para outro sector que considerou “fundamental” para o regime, a Justiça, onde se vive “a maior vergonha” que alguma vez pensou poder existir.

“Alguém conhece algum juiz que alguma vez tenha deixado de o ser por ser incompetente?”, questionou, criticando as transformações que “não tocam no cerne da questão”.

Rio lamentou que os juizes tenham hoje a mesma formação que “há 30 anos”, sem qualquer especialização, havendo casos “em que um juiz decide de uma maneira e outro precisamente o contrário”.

Por outro lado, disse, a cobertura televisiva dos julgamentos, como se se tratasse de “espectáculos de teatro”, sem respeitar os direitos das pessoas, não pode ser sequer considerada, “em nome dos Direitos Humanos e da Democracia”.

Sobre o eventual abaixamento dos impostos, Rio afirmou que se o governo de facto baixasse a despesa pública – e só assim – haveria condições para baixar os impostos.

“Não é coisa para resolver em três ou quatro anos, mas, lentamente e por fases, é o que tem de ser feito”, afirmou - **Fonte Lusa**



a comunicação social de continuar a ser “um factor de descredibilização do regime”.

Num discurso em que fez uma análise da actual situação do país - que atribuiu à série de políticos que ao longo dos últimos anos “não tiveram a coragem” de tomar as medidas difíceis que se impunham -, Rui Rio apontou o que, no seu entender, é vital para conseguir mudar o estado do país.

Admitindo ser “polémico”, Rio afirmou que a comunicação social, “elemento decisivo” num regime democrático, “não pode continuar a escrever o que quer e lhe apetece sem acontecer nada”, levando a que as pessoas “não saibam o que é verdade, meia verdade ou mentira”.

“Sem uma comunicação social verdadeiramente isenta não conseguimos uma democracia a

ter alguma humildade e fazer alguma coisa”, acrescentou.

Afirmou ainda que “há três, quatro, cinco ministros” que o Primeiro-ministro deveria substituir “urgentemente”.

Frisando que “é crítico” do Governo socialista de José Sócrates, Rio defendeu a estabilidade governativa, recomendando, contudo, ao primeiro-ministro que, em meio do mandato, olhe para os seus ministros e faça uma remodelação.

“Não é nenhum drama”, disse, afirmando que há neste Governo ministros que “ou fazem ascensão ou não fazem nada - alguns nem existem” -, pelo que Sócrates deveria substituí-los.

“Não vou dizer os nomes dos três piores. Ele sabe quem são e era bom que os trocasse”, afirmou.

Distrital do Porto está com Marques Mendes

O presidente do PSD/Porto, Agostinho Branquinho, afirmou hoje que “Marques Mendes está a fazer bom trabalho à frente do PSD”.

As declarações do presidente da maior distrital social-democrata do país foram proferidas numa entrevista ao programa “Primeiro Plano”, da estação de televisão por cabo Porto Canal.

Branquinho defendeu o líder social-democrata dos ataques que tem sofrido o interior do partido, afirmando que “Marques Mendes tem tido o posicionamento correcto, depois da pesada derrota eleitoral que o PSD sofreu em Fevereiro de 2005”.

Admitiu que possam aparecer alternativas à liderança do partido, mas afirmou-se convencido que “Marques Mendes deverá ser o líder que o PSD vai apresentar nas eleições legislativas de 2009”.

“A turbulência que se tem vivido [no interior do PSD] é natural, qualquer liderança de um partido de poder é difícil quando se passa à oposição”, disse Branquinho, que se distanciou de polémicas pessoalistas, afirmando que “Eu faço o meu próprio caminho”.

De Rui Rio, assinalou as “grandes capacidades demonstradas” e a “dimensão estratégica” que o colocam como uma das alternativas futuras para a liderança do PSD, “...mas, por agora, Marques Mendes tem sido um bom líder”, insistiu.

Na entrevista, Agostinho Branquinho afirmou-se opositor à construção do novo aeroporto na Ota e defensor da regionalização.

O caso da Ota, considerou que “a sua construção vai obrigar a uma enorme canalização de recursos financeiros do Estado”, que se prolongará muito para lá da conclusão da obra.

“Há soluções mais baratas que devem ser exploradas”, afirmou.

- Fontes: Lusa, DN, Público

Intervenção sobre a alteração ao Código Penal

Deputado José Pedro Aguiar Branco
Assembleia da República, 14 de Março de 2007

(...)

Num Estado de Direito Democrático, para além, da Constituição, duas outras leis estabelecem a fronteira dos Direitos Fundamentais e das Liberdades: o Código Penal e o Código Processo Penal.

O primeiro, porque, na busca da protecção dos direitos que suportam os nossos valores essenciais, trata de enquadrar os comportamentos que merecem a censura criminal da consciência social dominante.

O segundo, porque, na busca da protecção contra os abusos, na busca da efectiva realização da Justiça e na salvaguarda da liberdade, trata do justo equilíbrio que deve acontecer entre a garantia da eficácia no combate ao crime e a inalienável defesa dos direitos das vítimas e dos arguidos.

Sem aquele, o combate ao crime, é o nosso bem estar colectivo que é posto em causa.

Sem esta, a defesa dos direitos da vítima e do arguido, é a liberdade de cada um, perante o Estado, que é desprezada.

Assim, o processo penal, pela qualidade dos princípios estruturantes e garantísticos que integra, traduz, na feliz expressão do Bastonário José Miguel Júdice, o ADN da nossa Liberdade.

Por isso, desde 2004, que o Partido Social Democrata, primeiro no governo, depois na oposição, se empenhou na necessidade de reavaliar as questões mais relevantes desse ADN como a presunção de inocência, o respeito pela privacidade, a igualdade de armas, a salvaguarda do contraditório, a preservação do bom nome e reputação individuais, o cumprimento do segredo de justiça, o controlo dos meios de obtenção de prova, ou, ainda, da adequada aplicação das medidas de coação, nomeadamente da prisão preventiva.

Por isso, o PSD, em Março de 2006, reapresentou um projecto global de revisão do Código Processo Penal, que hoje espera ver aprovado na generalidade, no âmbito de um mais vasto conjunto de reformas integradoras de um proposto Pacto para a Justiça, de que o Partido Socialista tardou a compreender a importância da sua concretização.

Mas, diga-se, embora tarde não foi em má hora, pelo contrário, que se celebrou o Acordo político parlamentar para a reforma da Justiça.

É que, nele, pelo impulso do PSD, foi possível consagrar medidas equilibradas, estruturantes e de



grande impacto na vida dos cidadãos, em benefícios dos direitos destes, como as que tratam do segredo de justiça, das escutas telefónicas ou dos prazos e do regime de aplicação da prisão preventiva.

Contudo, no que está para além dele, e numa deriva securitária que eleva o Primeiro Ministro a capataz do regime, o Partido Socialista, no modelo inopinadamente apresentado do Sistema Integrado de Segurança Interna e do Conselho Superior de Investigação Criminal, mal trata a imprescindível separação de poderes, promove a promiscuidade indesejável ao nível da investigação criminal, e fere a indispensável autonomia do Ministério Público na perseguição criminal.

À falhada tentativa de controlar administrativamente as escutas telefónicas, à falhada tentativa de intervir na iniciativa de acção penal, o Partido Socialista ensaia, agora, a tentativa de colocar o Primeiro Ministro a definir orientações e a despachar processos com o senhor Procurador Geral.

Por muito que isso pudesse contribuir para combater a morosidade da justiça, que não contribui, por muita indiferença que o Senhor Primeiro Ministro nutra pelo respeito das funções dos outros, nomeadamente dos que escapam ao seu controlo, há limites para além dos quais já não são as pessoas que estão em causa mas sim questões basilares do Estado de Direito Democrático.

E se o Primeiro Ministro, no seu magistério, tem revelado desconsideração pelas pessoas, deve arrear, agora, caminho quanto à que ameaça lançar sobre princípios estruturantes da República.

Quero acreditar que na formulação e regulamentação, em

concreto, destas anunciadas pretensões, o Governo não deixará de promover a necessária convergência com o principal partido de oposição, como sempre tem acontecido em matérias de Estado nos últimos 30 anos, sem embargo dos contributos das restantes forças políticas, para que o resultado final tenha a imprescindível estabilidade e o devido respeito pelos princípios e valores do Estado de Direito.

(...)

Nas matérias com relevo processual penal sempre se fizeram sentir as tensões conflituantes entre a visão securitária, mais popular em tempos de instabilidade social, e a visão dita garantista, mais conforme à defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais.

Todos somos confrontados com expressões dessas tensões, que testam a verdadeira matriz ideológica que serve de farol às nossas opções políticas.

E são as opções que tomamos que revelam, não raras vezes, como o governo nos tem habituado, a distância que vai da retórica do discurso que atrai as pessoas à execução prática da medida que as afasta e as ignora.

E no Processo Penal, e, talvez, sobretudo nele, a opção quanto ao cuidado que damos aos direitos das pessoas, dos cidadãos, de cada um de nós, arguidos e vítimas em potência, traduz o maior ou menor afastamento que se impõe ao Estado quanto à tentação, para que o poder absoluto sempre empurra, de se transformar em Estado Polícia, indo, hipocritamente, ao encontro do clamor emocional das multidões.

Multidões que, não esqueçamos, não raras vezes, também, escolhem Barrabás!

Por isso, não se negando a necessidade, de se avançar na efectiva responsabilização dos agentes judiciais, advogados incluídos, ou de se reforçar a qualidade da gestão do sistema judicial para que se disponham dos meios adequados a uma boa administração da justiça,

Uma pergunta nuclear se deve colocar com toda a frontalidade:

Será que, nos direitos fundamentais, existe, no nosso actual processo penal, excesso de garantismo?

Será que podemos falar disso, quando se permite uma prisão preventiva, sem acusação, por quase um ano?

Será que podemos falar disso, quando o deficiente controlo das escutas telefónicas as transforma em novela pública de fraca qualidade?

Será que podemos falar disso, quando se impõem limitações no acesso ao inquérito por parte dos advogados, condicionando a defesa?

Será que podemos falar disso, quando assistimos à reprodução impune na imprensa das peças processuais supostamente em segredo de justiça?

Será que podemos falar disso, quando, em consequência do que referi, a pena que hoje se sofre mais comumente seja a da medieval e infamante vexame público?

Será que podemos falar disso quando, como alguém dizia, a "verdade mediática" tende a substituir-se à "verdade verdadeira", transformando-se o que deve ser um presumível inocente num presumível culpado?

Será que podemos falar disso quando o sentido jurídico da constituição de arguido está nos antípodas do sentido comum que a sociedade lhe dá? Para aquele, direitos acrescidos ao cidadão em causa. Para este, a sua pré condenação, dificilmente reversível em caso de absolvição.

Não, não podemos falar de excesso de garantismo.

Por isso, o Partido Social Democrata no projecto que apresenta trata com especial atenção as matérias do segredo de justiça, das escutas telefónicas, da constituição de arguido e dos prazos de prisão preventiva.

Matérias que pela sua especial relevância não deixamos de expressamente incluir no acordo político parlamentar celebrado com o Partido Socialista.

Assim, e na esteira deste acordo: - O novo regime do segredo de justiça imporá que "a violação do



mesmo constitui crime e que o respeito pela sua aplicação vinculará de igual modo, quer aqueles que tenham contacto directo com o processo quer aqueles que a qualquer título tenham conhecimento de elementos que dele constem”.

Acredita-se que com menos segredo, por menos tempo e com vinculação por parte de todos se possa restaurar a eficácia de uma norma com grande importância na protecção da investigação, com certeza, mas também no bom nome e reputação das pessoas.

- restringe-se, quanto às escutas telefónicas, o âmbito das pessoas sujeitas às mesmas, impondo-se a destruição dos suportes manifestamente estranhos ao processo e reafirmando-se que o seu controlo e fiscalização são da competência exclusiva dos magistrados judiciais”

- São aprofundadas as garantias de defesa dos arguidos, na aplicação das medidas de coacção;

- Determina-se, quanto à prisão preventiva, que esta passa a ser aplicável apenas a crimes puníveis com mais de cinco anos de prisão.

E esperamos que em sede de especialidade seja possível concretizar, ainda, o que propomos quanto a redução de prazos de prisão preventiva, quanto à definição de modo claro dos prazos de apresentação ao MP e depois ao Juiz de Instrução das escutas, bem como a possibilidade da sua contextualização e do exercício do contraditório, quanto à obrigatoriedade de dar uma mais rigorosa e adequada informação ao arguido sobre factos e meios de prova, bem como quanto à prevista redução da banalização da constituição de arguido.

(...)

O Processo Penal é uma bandeira que, diariamente, em cada processo, em cada diligência, desfalda sob e conforme a força do sopro das Liberdades.

Liberdades que pressupõem segurança só alcançada num sistema de justiça em que se reconheça a credibilidade e a autonomia da sua investigação criminal, a seriedade das acusações que produz, a excelência das condições dadas à defesa e a certeza das sentenças que são proferidas.

Segurança sem a qual não há verdadeira Justiça.

A Reforma do Processo Penal é uma pequena mas significativa parte de um conjunto mais vasto de alterações a efectuar na área da Justiça como as que tratam matérias como a formação, o novo mapa judiciário, os novos modelos de gestão dos tribunais, os novos critérios de progressão nas carreiras, a internalização das novas tecnologias, as auditorias externas, a criação de

sistemas de incentivo para os profissionais que os distingua em função da produtividade, a responsabilização dos julgadores, etc.

Tudo combates a efectuar contra o arcaísmo judicial, absolutamente essenciais para que nos venhamos a orgulhar do nosso sistema de justiça.

O que nos transporta ao permanente aprofundamento duma concepção de Justiça que nunca deixe de assentar estruturalmente em três pilares:

Numa filosofia humanista,

Numa tradição democrática da separação e da concertação dos poderes,

Numa ideologia reformista que privilegia a confiança do sistema e a celeridade de processos.

Três pilares que se reconduzem, todos eles, à ideia chave de cidadania que deve enfermar, também, **um diploma como o Código de Processo Penal:**

Sem personalismo humanista, não há cidadãos – há simples súbditos.

Sem respeito pela tradição democrática da separação dos poderes, não há cidadãos – há singelos governados.

Sem reformismo que aumente a confiança no sistema judicial, não há cidadãos – há meros sujeitos processuais.

(...)

Sei bem que muitas das reformas a efectuar no mundo da Justiça - tais como fora dele, não podem acontecer sem dor.

Mas porque há dor deve haver respeito e este é condição primeira de uma política que tem no homem, na sua felicidade, a razão primeira e última de ser.

E sei bem que muitas são as dores que os portugueses têm sentido sem que compreendam para quê.

O que afasta a confiança e destrói a esperança.

Pelo que recomendaria, a quem tem nas mãos a responsabilidade do comando, uma reflexão cuidada sobre este pensamento de **Nietzche:**

“O que verdadeiramente revolta na dor não é a dor em si, mas o sem sentido da dor”.

(...)

Intervenção sobre o estado do País

Deputado Luís Pais Antunes

Assembleia da República, 14 de Março de 2007



(...)

Os Portugueses estão preocupados com o estado do País. Infelizmente para todos nós não lhes faltam razões para tal.

Em Fevereiro de 2005, decidiram confiar os destinos do governo da nação ao Partido Socialista a quem conferiram uma maioria absoluta nesta câmara. Dois anos depois, a dura realidade contrasta com as promessas cor-de-rosa que então lhes foram apresentadas.

A prometida convergência com a Europa deu lugar ao agravamento da divergência. O Governo rejubila com algumas décimas de PIB e esquece-se de dizer aos Portugueses que se limitou a alcançar o pior resultado da

União Europeia. Que os nossos parceiros europeus estão, em média, a crescer o dobro de nós ou, como no caso de Espanha, o triplo.

Simultaneamente, o RNB voltou a cair, tal como aliás já tinha acontecido o ano passado. Certamente por dificuldades de agenda, o Governo desta vez não se deu ao trabalho de levar a cabo mais uma dessas constantes e repetidas sessões governamentais auto-panejricas para festejar mais essa grande realização governamental...

Entretanto, os impostos aumentaram, e muito.

O desemprego agravou-se significativamente atingindo o valor mais alto dos últimos 20 anos.

O poder de compra continuou a degradar-se.

O investimento privado ficou-se pelos anúncios e continua a baixar ao fim de 8 trimestres consecutivos, exactamente o tempo que este Governo leva desde a sua entrada em funções.

O investimento público foi sujeito à lei do garrote e é cada vez mais um mero enfeite decorativo para encher anexos do orçamento de Estado.

O défice externo atingiu o valor mais alto desde 2001.

A dívida pública agravou-se em mais 10%.

A saúde ficou mais cara e mais distante para muitos Portugueses a quem já só falta dizer que até as

farmácias lhes vão deslocalizar e que será criada uma taxa moderadora para as dores de cabeça.

Sobrou a festa. Não a da música, que essa também passou ao rol do esquecimento com os sucessivos cortes no orçamento da cultura. Mas a festa da propaganda. Dos anúncios. Dos programas. Das iniciativas. Dos planos. A agenda do Governo cada vez se confunde mais com a de uma empresa de organização de eventos. Que na azáfama de tanto organizar já nem repara que está apresentando como novas em Março de 2007 as velhas oportunidades que anunciou com pompa e circunstância em Setembro de 2005...

Dois anos volvidos, o que os Portugueses queriam ver – e não vêem – eram resultados. Menos desemprego, mais poder de compra, mais investimento, melhor saúde, menos impostos, boas notícias e não vagas promessas de amanhã que cantam.

Se não estávamos bem em 2005, em 2007 estamos bem pior: é esta a triste e dura realidade de 2 anos de governação socialista, por mais histórias cor-de-rosa com que nos queiramos entreter.

(...)

Portugal precisa com urgência de inverter este estado de coisas. Precisa de boas notícias. De um novo dinamismo. Precisa de crescer. De encontrar um novo rumo. De ver as nossas famílias e as nossas empresas com um futuro mais desafogado.

Nestes dois anos, o Governo cometeu vários erros. Todos erramos certamente. Mas o pior erro é não saber corrigir o que se fez mal. E hoje percebemos que o brutal aumento de impostos verificado é um factor de asfixia que entrava o crescimento da nossa economia, penaliza as famílias e as empresas e condiciona a recuperação económica.

Dissemo-lo na altura e reiteramo-lo hoje: o aumento dos impostos teve várias consequências, todas elas negativas, que já na altura eram facilmente previsíveis e que, infelizmente, se confirmaram.

Esse aumento, vê-se agora, não só era, como foi, negativo, mas também absolutamente desnecessário. O resultado das contas públicas de 2006, na óptica de caixa, mostra isso mesmo: o défice verificado foi inferior em mais de 2,2 mil milhões de euros face ao previsto. 440 milhões de contos! 1,5% do PIB!

Dirão os optimistas incorrigíveis: foi o corte nas despesas correntes que permitiu essa “poupança”. Todos sabemos que assim não foi: foram as receitas fiscais e os cortes no investimento público e nas despesas de capital os grandes responsáveis por esse resultado.

O próprio Secretário de Estado do Orçamento, com uma candura que só lhe fica bem, vem agora admitir que, afinal, talvez o aumento de impostos



tenha sido excessivo!

Chegou tarde a essa conclusão. Mas mais vale tarde que nunca. Convém é que o arrependimento não se fique pelas palavras e que passemos aos actos, corrigindo os excessos e baixando a carga fiscal. De forma ponderada, mas baixando, dando assim um sinal de esperança e optimismo às famílias e às empresas que tanto dele precisam.

É esse o sentido da proposta que o presidente do PSD apresentou no final da passada semana.

E não se diga que a proposta é irresponsável. Irresponsável é manter uma carga fiscal excessiva, que asfixia a nossa economia, as nossas famílias e as nossas empresas com os resultados deprimentes que estão à vista de todos.

Trata-se, no máximo, de afectar cerca de um terço daqueles 2,2 mil milhões de euros à diminuição da carga fiscal, baixando um ponto do IVA – equivalente a cerca de 450 milhões de euros – e três pontos no IRC – cerca de 270 milhões de euros.

Ou, se quiserem, pouco mais de metade da “poupança” de 1,36 mil milhões de euros que, segundo o Governo e de acordo com a actualização de Dezembro último do Programa de Estabilidade e Crescimento, resultará, já em 2007,

da tão anunciada quanto adiada concretização do PRACE.

A competitividade da nossa economia agradece. O emprego ressentir-se-á favoravelmente. Esta sim, é a verdadeira nova oportunidade.

Seria um primeiro passo no sentido de, daqui até ao final da legislatura, repor o IVA nos 19% e atingir a taxa de 20% no IRC.

Saiba o Governo tomar as decisões estruturantes que se impõem do lado da despesa pública e que, infelizmente, parecem continuar esquecidas nalguma gaveta menos acessível.

Cobrar mais impostos, cada vez mais impostos, pode ajudar a reduzir o défice das contas públicas. Pode até ajudar a lançar projectos faraónicos. Mas não resolve o problema de fundo. Agrava-o, deixando os Portugueses mais pobres, mais endividados e com menos emprego, e a nossa economia sem condições de competitividade.

Não é esse certamente o caminho que nos levará a voltar a apanhar o comboio da Europa.

(...)

Como se não bastasse o mau desempenho do país, os Portugueses assistem com grande preocupação a uma tentativa de concentração do poder sem paralelo na história recente



de Portugal.

Todos sabemos que a História está cheia de exemplos de barbaridades que começaram por medidas de concentração de poder em nome de conceitos vagos como a eficácia ou a necessidade de coordenação. No nosso regime constitucional, a protecção dos direitos, liberdades e garantias dispensa bem este tipo de medidas. Já temos preocupações que cheguem e a última coisa de que precisamos é de novos Pina Maniques.

Podem o Governo e a maioria que o apoia ficar desde já a saber que, nesta matéria, o PSD lhes moverá um combate sem tréguas. É absolutamente inaceitável num Estado de Direito democrático que, em nome de uma pretensa necessidade de maior eficácia e coordenação, se coloque sob a tutela do Primeiro-Ministro os serviços de informação, os serviços de segurança e a investigação criminal. Não nos conformaremos e iremos até onde necessário for para o evitar.

Infelizmente esta tentação centralizadora, esta afirmação constante do “quero, posso e mando”, parece ser a “marca de água” deste Governo. Já só falta mesmo mudar São Bento para o Terreiro do Paço.

Tudo isto com resultados muito negativos para o país.

Veja-se o que se passa com o QREN. Já não bastava o substancial atraso na sua aprovação e a grave situação que está a ser criada com o arrastar da aprovação dos programas operacionais. Preparamo-nos agora para assistir à mais completa governamentalização de que há memória na gestão dos fundos comunitários e ao afastamento das autarquias de um processo fundamental para o desenvolvimento regional. Ganha o Governo, mas perde certamente o país.

Veja-se também o que se passa com o aeroporto da Ota, transformado já numa questão de “compromisso pessoal” do Ministro das Obras Públicas. Pouco importam os estudos, a avaliação cuidada dos custos e benefícios, as dúvidas suscitadas em matéria de segurança, o impacto financeiro do projecto. O Governo quer, o Governo manda. O interesse do país, a vontade dos Portugueses pouco conta. Importante mesmo é o “compromisso pessoal” do ministro. A factura, essa, ficará para os Portugueses pagarem durante muitos e bons anos.

Já foi assim com os estádios do Euro 2004 no anterior governo socialista. É-o de novo agora, em versão ampliada.

No final de 2001 o Eng. Guterres quis levar-nos para o pântano. Cinco anos depois, o Eng. Sócrates parece apostado em levar-nos para o pantanal. Desconfio que também desta vez os Portugueses não o acompanharão.



Intervenção no Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores

Deputado Pedro Quartim Graça
Assembleia da República, 15 de Março de 2007

(...)

Comemoramos hoje mais um Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores. Esta comemoração não deixa de ser caricata na medida em que, se há matéria em que todos os dias do ano são dias dos consumidores, essa é, sem margem para quaisquer dúvidas, a matéria do consumo.

O Direito do Consumidor ou Direito do Consumo é um ramo de direito que surgiu na primeira metade do séc. XX mas que foi antecedido pela existência de um conjunto alargado de normas e, acima de tudo, de costumes, nos mais variados países.

Ainda que sem merecer à época a qualificação de categoria jurídica distinta, encontramos normas de consumo em diplomas como o Código de Hamurabi (2300 a.C.) que regulamentava o comércio; na Mesopotâmia, no Antigo Egipto e na Índia antiga onde o Código de Massú previa pena de multa e punição, além de ressarcimento de danos, aos que adulterassem géneros ou que entregassem coisa de espécie inferior à acertada ou, ainda, vendessem bens de igual natureza por preços diferentes.

No Direito Romano Clássico, o vendedor era responsável pelos vícios da coisa, a não ser que estes fossem por ele ignorados. Já no Período Justiniano, a responsabilidade era atribuída ao vendedor, mesmo que este desconhecesse o defeito.

A França de Luiz XI punia com banho a escaldar aquele que vendesse manteiga com pedra no interior para aumentar o peso, ou leite com água para aumentar o volume.

Com o Estado Liberal do século XVIII assistimos à não intervenção do Estado na esfera privada. Séculos depois, já o Estado Social surge como resposta à miséria e a exploração de grande parte da população, passando a intervir na Economia para promover a justiça social.

Mas foi a partir das iniciativas do presidente americano John Kennedy, nos anos 60, que se verificou a consolidação dos direitos do consumidor, primeiro nos Estados Unidos e, posteriormente, num rápido movimento de internacionalização à escala global.

Entre nós, a primeira aproximação, ainda que indirecta, à protecção dos direitos dos consumidores surge na ordem jurídica liberal com a definição como crimes de ofensas à saúde pública e de certas práticas comerciais desonestas, nos Códigos Penais de 1852 e 1886.



Mais tarde, o Decreto-Lei n.º 41204 condensou a legislação até então dispersa sobre delitos antieconómicos e contra a saúde pública.

O Código Civil de 1966, embora sem alterações significativas, introduziu um regime de vendas a prestações que revelava alguma preocupação com a posição do comprador e o modelo de responsabilidade objectiva para os danos causados por instalações de energia eléctrica ou gás.

É contudo a Constituição da República de 1976 que, pela primeira vez, atende de forma expressa à protecção dos direitos dos consumidores.

Mas foi já no decurso da vigência da Lei n.º 24/96, a qual, entre outros aspectos relevantes, configurou a relação de consumo também como a relação entre o consumidor e a administração pública, que foi aprovado um outro importante diploma relativo à protecção do utente dos serviços públicos essenciais: a Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, a qual constituiu um marco fundamental numa sociedade onde estes serviços são fornecidos quase sempre em regime de monopólio e em que a tradição legislativa se consolidara há muito no sentido da consagração do poder do concessionário.

(...)

É precisamente uma alteração à 23/96 que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista traz hoje ao Plenário da Assembleia da República com o objectivo declarado de actualizar o regime legal em causa, “*de molde a manter o nível elevado de protecção dos utentes assegurado aquando da sua aprovação*”.

Não põe este Grupo Parlamentar em causa a relevância e o interesse para os consumidores das alterações que ora se propõem, nomeadamente em sede de inclusão dos serviços de

comunicações electrónicas, dos serviços postais, dos serviços de recolha e tratamento de águas residuais e dos serviços de resíduos sólidos urbanos, da disposição em sede de “*Ónus da prova*” e daquela que se refere a acerto de valores, as quais considera serem medidas globalmente positivas.

Mas o mais preocupante, e são esses os aspectos que nos cabe referir enquanto oposição, é que este diploma tem falhas ou omissões que importa salientar.

Refiro apenas três. Em primeiro lugar, não encontramos no projecto do Partido Socialista qualquer norma que diga respeito à proibição da facturação por estimativa nos vários serviços públicos essenciais, matéria esta que é de extraordinário importância na medida em que a sua inexistência gera sobre facturação e provoca o desequilíbrio no orçamento das famílias.

Em segundo lugar, não vislumbramos qualquer iniciativa ou disposição legal no sentido da implantação genérica de sistemas de telecontagem nos serviços públicos.

Em terceiro lugar, o projecto do Partido Socialista nada diz relativamente à questão que se prende

com a possível abolição da taxa de assinatura da Portugal Telecom, valor fixo este que é pago mensalmente pelo cliente assinante detentor de um serviço de telecomunicações.

Enquanto relator deste projecto no âmbito da 1.ª Comissão não vislumbrarei no mesmo qualquer disposição que contemple a esta abolição. Ficamos assim sem saber qual a posição do PS nesta matéria. E do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaríamos de saber a disponibilidade para, em sede de especialidade, incluir no seu projecto os contributos que ora avançamos e que se destinam a reforçar os direitos dos consumidores portugueses.

Termino com uma última referência. Há um ano atrás o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor anunciou publicamente e nesta mesma Assembleia a obrigatoriedade de afixação, fora dos postos, dos preços comparativos de venda dos combustíveis ao público nas auto-estradas.

Um ano passou e esta promessa juntou-se a um conjunto alargado de outras que não passam disso mesmo: promessas cujo cumprimento tarda ou não surgem de todo. Até quando?

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 21 DE MARÇO DE 2007, 15:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate mensal com o Primeiro - Ministro

QUINTA-FEIRA, DIA 22 DE MARÇO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Projecto de Resolução n.º 175/X (PSD)
(Recomenda ao Governo um programa de apoio às pequenas e médias empresas)

Discussão conjunta:
Projecto de Resolução n.º 184/X (PCP)
Projecto de Resolução n.º 185/X (BE)
(Suspensão do processo de encerramento de serviços de urgência em Hospitais e Centros de Saúde)

VOTAÇÕES às 18H00

SEXTA-FEIRA, DIA 23 DE MARÇO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Proposta de Lei n.º 115/X (GOV)
(Estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas)

Projecto de Lei n.º 255/X (PEV)
(Estabelece medidas de protecção aos carvalhos e outras espécies autóctones da flora portuguesa)

Projecto de Lei n.º 303/X (BE)
(Altera a Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, concatenando-a com o princípio do direito penal do facto)



Intervenção sobre o acesso, dos doentes crónicos, aos serviços, produtos e bens de saúde.

Deputada Regina Bastos

Assembleia da República, 15 de Março de 2007

(...)

Há dois anos, no seu Programa do Governo, o Partido Socialista assumia na área do medicamento, entre outros, os seguintes compromissos:

Accelerar a revisão do actual sistema de participação;

Rever o sistema de participação por preços de referência em função da experiência acumulada.

Há dois anos, o actual Ministro da Saúde, na véspera de o ser pela segunda vez, escrevia num conhecido jornal um texto de forte inspiração literária, aliás muito tocante, que os quatro anos da actual Legislatura eram, cito, “*muíto e pouco tempo, do mesmo passo*”.

Segundo o então cronista, esses quatro anos eram, para os doentes crónicos, muito tempo, tempo perdido, se no final desse período estes se encontrassem sem meios nem apoios.

Pelo contrário, escrevia: “*Se no final dos próximos quatro anos (...) os nossos doentes crónicos, nomeadamente de cancro e outras doenças de alta severidade, vierem a ser mais bem assistidos (...), então sim, valeu a pena*”

Decorridos dois anos, os Portugueses já perceberam e, em particular, os doentes crónicos, que as preocupações do Governo nada tinham a ver com a facilitação do seu acesso aos serviços, produtos e bens de saúde.

Foi assim com os cuidados de saúde primários, tem sido assim com as urgências e é, também assim, com os medicamentos.

Hoje, vemos um Serviço Nacional de Saúde que se reduz, cada vez mais, a um Serviço Litoral de Saúde.

O Estado recuou geograficamente nos seus deveres e demitiu-se das suas responsabilidades sociais em promover a equidade e a universalidade do acesso à protecção da saúde.

A consequência é que países estrangeiros já vão assegurando cada vez mais serviços e cuidados de saúde às nossas populações mais abandonadas ou desfavorecidas.

É assim com a natalidade, – em que crianças portuguesas já nascem em maternidades espanholas – e é assim com os medicamentos – que cada vez mais portugueses vão comprar ao país vizinho.

Esta tendência levou mesmo o Bastonário da Ordem dos Médicos a lembrar publicamente, cito, que “*a obrigação do Ministro da Saúde*

português é garantir aos portugueses tratamentos no seu território”.

Como não sucede assim, o Senhor Bastonário desafiou mesmo o Governo a dar aos espanhóis uma série de terras, como Trás-os-Montes e a Beira Interior, a fim de as populações aí residentes poderem ter acesso aos cuidados de saúde a que tinham direito.

É triste o estado a que chegámos!

De resto, também esta concepção exigua que o Governo do Partido Socialista tem das suas responsabilidades sociais e que o tem levado a afastar os serviços de saúde da população, estão a levar os sectores privado e social a instalar-se nesses territórios agora abandonados pelo Estado.

Significa isto que os doentes terão de se deslocar mais – se quiserem ser atendidos no SNS –, ou pagar mais – se optarem pelos cuidados prestados por clínicas privadas.

O Ministério da Saúde não comenta.

Demite-se de assegurar o mais elementar direito de acesso aos cuidados de saúde, delegando noutros agentes esta missão vital das funções do Estado.

O abandono desta missão social prova bem o erro, a insensatez e as vistas curtas de um Governo menor.

(...)

Também em matéria de participação de medicamentos a doentes crónicos o Governo nada fez para aumentar a acessibilidade ou mesmo a equidade no sistema.

Não vou elencar – por não ser este o tempo nem o lugar – as inúmeras doenças crónicas que afectam concidadãos nossos.

Não vou descrever os sintomas, não vou falar sobre dispendiosos cuidados médicos, não vou, sequer, invocar casos concretos que todos infelizmente conhecemos de doentes crónicos que se debatem, muitas vezes sem esperança de cura, com doenças que um dia lhes tirarão a vida.

Mas vou falar sobre o que fez o Governo quanto aos doentes crónicos.

Reduziu as participações do Estado no preço de medicamentos, criou regras socialmente injustas e administrativamente onerosas e falíveis para reembolsar os doentes crónicos, e só nos casos em que estes são os mais pobres entre os pobres.

Diminuiu apoios criados pelos anteriores Governos, de que é exemplo a equiparação da



participação de medicamentos antiasmáticos, quer estes resultassem de associações de fármacos quer contivessem essas substâncias separadamente.

O actual Ministro revogou essa medida sem o justificar e argumentou que iria dar início ao processo de revisão global do regime de participações.

Iria, até hoje...

Mas, para além do que o Governo fez, importa também falar sobre o que não fez.

Não aprovou legislação que defina o regime geral da condição e dos direitos dos doentes crónicos.

Não assegurou aos doentes crónicos os exigíveis apoios específicos imprescindíveis à sua qualidade de tratamento e de vida.

Não procedeu, finalmente, à revisão do actual sistema de participação do Estado no preço dos medicamentos.

Ou seja, em dois anos o Governo nada construiu mas muito fez para destruir.

Perante esta política, não surpreende que o Chefe do Estado, ainda recentemente, tenha chamado a atenção do Governo para o facto de existirem, cito, “*franjas da sociedade e do território em clara desvantagem no acesso a cuidados médicos*”.

O Senhor Presidente da República referiu-se mesmo aos “*doentes crónicos a quem faltam apoios*”.

O PSD acompanha estas preocupações e por isso há muito vem denunciando os erros, as inconsistências e, acima de tudo, a muito censurável insensibilidade social do Governo dito Socialista.

Mas não nos limitamos a dizer mal do que está mal.

Consideramos absolutamente necessária a aprovação da revisão geral do sistema de participação dos medicamentos.

Consideramos também urgente a uniformização e nivelamento das participações do Estado no preço dos medicamentos destinados a tratar doenças crónicas.

Com efeito, não faz qualquer sentido uns medicamentos terem uma participação superior à de outros quando todos se destinam a doentes crónicos.

É que, por muito que isso custe a alguns, não há doenças politicamente mais correctas que outras.

(...)

Termino fazendo votos que, em matéria de doenças crónicas, o Governo faça nos últimos dois anos do seu mandato o que o cronista de 2005 e actual Ministro da Saúde dissera que ia fazer nos quatro anos da Legislatura: **assistir bem os doentes crónicos!**

São mais de dois milhões de Portugueses que merecem o apoio e a atenção do Governo.

(...)



1021-AC/X/2
Data: 2007-03-07
Assunto: Sobre os efeitos dos 800 mil eleitores-fantasma presentes nos cadernos eleitorais portugueses.
 Autor:
 LUIS CARLOTO MARQUES
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-03-09

1022-AC/X/2
Data: 2007-03-07
Assunto: Obras de Reparação e Manutenção na Escola EB 2,3 de Leça da Palmeira.
 Autores
 AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA
Enviado a: MIN EDUCAÇÃO **em:** 2007-03-09

1023-AC/X/2
Data: 2007-03-07
Assunto: Situação do Freeport de Alcochete.
 Autores
 LUIS RODRIGUES / HUGO VELOSA
Enviado a: MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL e MIN ECONOMIA E DA INOVAÇÃO **em:** 2007-03-09

1024-AC/X/2
Data: 2007-03-07
Assunto: Redução do nível de serviço na linha ferroviária de Cascais.
 Autor:
 LUIS RODRIGUES
Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES **em:** 2007-03-09

1040-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Sobre o encerramento do posto dos CTT de Bucelas.
 Autor:
 MIGUEL FRASQUILHO
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-03-09

1044-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Unidade de Urgências Básicas e Serviço de Atendimento Permanente (SAP) de Vendas Novas e as consequências sobre as freguesias de Pegões, Canha e Santo Isidro de Pegões.
 Autor: LUIS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN SAÚDE **em:** 2007-03-09

1045-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Comunidade de Golfinhos da Reserva Natural do Estuário do Sado.
 Autor: LUIS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-03-09

1046-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Alteração da Lei dos Solos e Mais-Valias – Urbanísticas.
 Autor:
 LUIS CARLOTO MARQUES
Enviado a: MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-03-09

1047-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Postos de Atendimento a desempregados subsidiados no Concelho de Amarante.
 Autores
 AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / PEDRO DUARTE / SÉRGIO VIEIRA
Enviado a: MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL **em:** 2007-03-09

1048-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Encerramento do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) da sede do Concelho de Ourém, Distrito de Santarém.
 Autor:
 MÁRIO ALBUQUERQUE
Enviado a: MIN SAÚDE **em:** 2007-03-09

1049-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Pagamento de subsídios comunitários a agricultura, na ilha das Flores, na Região Autónoma dos Açores.
 Autores
 MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-03-09

1050-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Acesso de não-nacionais, oriundos de países exteriores à União Europeia, às Tarifas aéreas para residentes na Região Autónoma dos Açores.
 Autores
 MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-03-09

1051-AC/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Investimentos do Governo na Região Autónoma dos Açores.
 Autores
 MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-03-09

1055-AC/X/2
Data: 2007-03-09
Assunto: Escola Básica Nun'Álvares – Seixal.
 Autor:
 LUIS RODRIGUES
Enviado a: MIN EDUCAÇÃO **em:** 2007-03-12

1058-AC/X/2
Data: 2007-03-12
Assunto: Solicita explicações sobre o novo concurso para o Hospital de Loures e respectivo caderno de encargos.
 Autor: MIGUEL FRASQUILHO
Enviado a: GOVERNO **em:** 2007-03-13

1059-AC/X/2
Data: 2007-03-12
Assunto: Encerramento da Escola Secundária D. Luís de Castro.
 Autores:
 EMÍDIO GUERREIRO / MIGUEL MACEDO
Enviado a: MIN EDUCAÇÃO **em:** 2007-03-13

1068-AC/X/2
Data: 2007-03-13
Assunto: Reestruturação do MADRP - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.
 Autor: JOSÉ MANUEL RIBEIRO
Enviado a: MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS **em:** 2007-03-14

391-AL/X/2
Data: 2007-03-07
Assunto: Petição à Assembleia da República sobre “Tratamento Condigno e Pelo Fim do Extermínio dos Animais em Canis/Gatis Municipais”.
 Autor: LUIS CARLOTO MARQUES
Enviado a: CAMARA MUNICIPAL DE MONCHIQUE **em:** 2007-03-09

392-AL/X/2
Data: 2007-03-07
Assunto: Situação do Freeport de Alcochete.
 Autores: LUIS RODRIGUES / HUGO VELOSA
Enviado a: CAMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE **em:** 2007-03-09

393-AL/X/2 a 407-AL/X/2
Data: 2007-03-08
Assunto: Petição à Assembleia da República sobre “Tratamento Condigno e Pelo Fim do Extermínio dos Animais em Canis/Gatis Municipais”.
 Autor: LUIS CARLOTO MARQUES
Enviado a: Várias CAMARAS MUNICIPAIS **em:** 2007-03-09

Silva Peneda defende

Código universal do trabalho marítimo

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Estrasburgo, o Deputado do PSD Silva Peneda apoiou o Relatório McDonald relativo Convenção 2006 da OIT sobre o trabalho marítimo.

Silva Peneda começou por defender “a necessidade de se constituir um esboço dum primeiro código universal do trabalho marítimo.”

Com a adopção da Convenção 2006 da OIT, ficaram contempladas normas mínimas na área da saúde, da formação, das condições de trabalho e da segurança social dos trabalhadores do sector marítimo, garantindo deste modo condições de trabalho e de vida dignas a bordo dos navios internacionais.

Segundo o Deputado do PSD “cabe agora aos Estados-Membros ratificarem essa convenção. Insto por isso as autoridades portuguesas a ratificar esta Convenção da OIT de forma a assegurar a aplicação de condições de emprego mínimas mais homogéneas.”

Silva Peneda registou ainda o seu agrado pelos mecanismos inovadores introduzidos pela Convenção tal como “o certificado de trabalho marítimo emitido pelo Estado para os navios que arvoram o seu pavilhão, depois de verificar que as condições de trabalho a bordo respeitam as leis nacionais e as regras da Convenção.

A terminar disse ainda “Estou esperançado que esta Convenção contribuirá para estabilizar o sector dos transportes marítimos, confrontado com a pressão da concorrência mundial dos operadores socialmente menos zelosos e as ameaças de deslocalização do recrutamento dos marítimos em detrimento do emprego europeu, inclusive no tráfego intracomunitário.”



Responsabilidade social voluntária das empresas

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo, o Deputado do PSD Silva Peneda teve intervenção importante na discussão sobre o Relatório Howitt relativo à Responsabilidade Social das Empresas

O Deputado do PSD começou por lembrar que “A função principal das empresas é criar riqueza. Mas uma empresa pode, em certas circunstâncias, ser mais do que uma espécie de estrutura mecânica capaz de simplesmente criar valor.”

Na sua opinião “uma empresa pode também ser vista como uma comunidade onde vivem e se relacionam pessoas, que fazem da empresa o local de realização profissional e, muitas vezes até, de felicidade pessoal.”

“As empresas bem sucedidas – as tais que são capazes de criar riqueza – são as que normalmente tem um bom nível de relacionamento com os seus colaboradores, clientes, fornecedores e com a comunidade onde se inserem.”

Silva Peneda defendeu também que as empresas bem sucedidas “são as que adoptam critérios de transparência na sua relação com as autoridades e pautam a sua actuação na base de códigos de conduta e de ética, nalguns casos, com um altíssimo nível de exigência.”

Para o Deputado Social-Democrata “quando a vida das empresas se prolonga no tempo podemos mesmo compará-las a seres vivos e, nesse caso, podemos encontrar casos de empresas que desenvolvem as suas actividades na base de uma personalidade forte, própria de uma cultura que souberam criar e desenvolver e que as identifica e as distingue das demais. Podemos dizer que são empresas com emoções e sentimentos.”

“Neste caso estas empresas sentem que devem dedicar à comunidade algum esforço que está para além das suas funções tradicionais e, por isso, assumem uma responsabilidade acrescida a que podemos chamar responsabilidade social.”

Silva Peneda lembrou no entanto que na sua opinião “a responsabilidade social das empresas não se decreta, nem se pode impor.” (...) “A responsabilidade social de uma empresa tem de ser consequência de uma vontade assumida voluntariamente.”

“A responsabilidade social de uma empresa nunca pode ser imposta, porque se assim fosse correr-se-ia o sério risco de reduzir o seu papel a um instrumento de relações públicas destinado a iludir ou obstruir a responsabilidade das empresas face aos problemas sociais e ambientais.”

“Neste caso a responsabilidade social das empresas seria uma fraude porque não seria autêntica.”

Especificidade dos Serviços Sociais

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo, o Deputado do PSD José Silva Peneda participou na discussão do Relatório Ferreira sobre os Serviços Sociais de Interesse Geral na UE

Os serviços sociais de interesse geral são hoje um importante instrumento que contribui para uma maior coesão económica, social e territorial na UE e podem ser uma alavanca decisiva para atingir os objectivos definidos na Estratégia de Lisboa.

Para Silva Peneda “Este tipo de serviços desenvolve um papel fundamental ao responder a determinadas carências sociais, a que o mercado nem sempre é capaz de atender de forma satisfatória.”

“Com efeito, estes serviços apresentam especificidades particulares em termos de público-alvo, de gestão, de organização e de financiamento que se distinguem dos serviços tradicionais.”

Segundo o Deputado do PSD “os serviços sociais de interesse geral têm vindo a ganhar uma grande dinâmica ao serem confrontados com novos desafios que têm vindo a alterar o panorama social europeu o que conduz a que os serviços sociais de interesse geral são hoje obrigados a adaptar-se a uma nova realidade, muito mais exigente.”

Para Silva Peneda “há casos de serviços sociais de interesse geral que podem ser vistos como bons exemplos de gestão flexível do mercado laboral que deve ser acompanhado pois há casos de experiências muito bem sucedidas.”

Por se tratar de serviços de proximidade do utente Silva Peneda defende “que as autoridades regionais e locais, em colaboração com a sociedade civil, possam assumir funções no âmbito da prestação de serviços sociais de interesse geral.”

Na sua opinião “quanto maior for o envolvimento da sociedade civil na gestão dos serviços sociais de interesse geral maior é a garantia da qualidade dos serviços prestados.”

Sobre este ponto e independentemente da adopção das melhores práticas e da troca de experiências entre os EM Silva Peneda defendeu que “os padrões culturais diferenciados que existem no espaço da UE devem ser respeitados, pois o desenvolvimento dos serviços sociais de interesse geral devem ser montados e desenvolvidos, de acordo com as características próprias de cada comunidade.”

A terminar Silva Peneda e de acordo com princípio de subsidiariedade “partilho a ideia de que deve ser respeitada a diversidade dos modelos de organização, de gestão e de financiamento dos serviços sociais existentes nos Estados-Membros”

Carlos Coelho defende quadro comum de estatísticas sobre migrações



Na sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Estrasburgo, o Deputado do PSD Carlos Coelho apoiou o Relatório da Deputada Klamt sobre as

“Estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional”

Segundo Carlos Coelho este relatório “pretende criar um quadro comum para a recolha e o estabelecimento de estatísticas comunitárias nesta área, o qual deverá permitir aos Estados Membros poderem utilizar da melhor forma os dados disponíveis para elaborarem estatísticas que correspondam, tanto quanto possível, a definições harmonizadas.”

Na opinião do Deputado do PSD “A evolução das políticas e da legislação comunitária de migração e asilo impõe a necessidade de se obterem informações estatísticas com uma qualidade muito superior às que existem actualmente.”

Esta iniciativa surge na sequência do Conselho Europeu de Salónica, de 2003, onde se reconheceu a necessidade de se criarem mecanismos mais eficazes para recolher e analisar as informações sobre migração e asilo na União Europeia.

A terminar Carlos Coelho afirmou que o Relatório deverá “melhorar o intercâmbio de estatísticas e possibilitar uma análise comum que permita elaborar políticas comunitárias equitativas e eficazes em matéria de migração e no que diz respeito à livre circulação de pessoas”

Combater a Corrupção

Por: Ricardo Rio (*)

O combate à corrupção é hoje um dos temas de maior pertinência na vida pública das sociedades modernas, à medida que surgem evidências da generalização destas práticas em todos os quadrantes de actividade.

Do desporto aos meios empresariais e financeiros, dos responsáveis políticos aos funcionários públicos de base, são muitos os que caem na tentação de optar pela auto-estrada da facilidade e da ilegalidade, para atingir determinado tipo de benefícios pessoais ou para obter favorecimentos para os grupos que representam.

Nas suas diferentes formulações jurídicas, os actos de corrupção vêm minando a credibilidade das instituições e dos próprios regimes democráticos, configurando também um grave prejuízo para o desenvolvimento da actividade económica e para o bem-estar das populações.

Neste caso, não estamos necessariamente a cingir-nos a Portugal e a melhor evidência que se pode contrapor a tal preconceito é o facto de as próprias Nações Unidas terem promovido várias iniciativas neste mesmo domínio.

Entre outras, destacam-se necessariamente o Dia Internacional contra a Corrupção, que agora se comemora no dia 9 de Dezembro de cada ano, e que é em si mesmo uma referência à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que ocorreu na cidade mexicana de Mérida em 9 de Dezembro de 2003.

Nessa data, mais de uma centena de Países – em que se incluía Portugal - assinaram a Convenção, comprometendo-se a realizar acções eficientes contra a corrupção, “transformando a teoria em prática, num esforço contínuo que deve envolver os Governos, a sociedade civil e o sector privado”.

Em Setembro de 2005, o Director dos Programas Globais do Instituto do Banco Mundial, Daniel Kaufmann, publicava na revista trimestral do Fundo Monetário Internacional – Finance and Development -, os resultados de um estudo da instituição que sugere que o combate eficaz à corrupção pode até triplicar o rendimento per capita de alguns países.

No artigo “Dez mitos sobre a governação e corrupção”, Kaufmann assegura que iniciativas que melhorem os graus de “controlo e corrupção” de um dado País podem potenciar, entre outros benefícios, significativos incrementos do rendimento das populações, fazendo com que um país como Portugal pudesse atingir os níveis de rendimento da Finlândia.

Ainda segundo este autor, esta melhoria da governação serviria também para corrigir certas entropias no funcionamento das economias e da gestão pública, as quais são particularmente lesivas para as famílias de menores rendimentos. A saber, a existência generalizada de fenómenos de corrupção leva a que os cidadãos paguem mais impostos do que seria necessário e a que canalizem parte dos seus rendimentos para “subornos”, enquanto única via para poderem aceder a certos serviços públicos.

Se é certo que a corrupção não é propriamente um fenómeno mensurável, a verdade é que Kaufmann apresenta uma bateria de mais de 350 variáveis recolhidas por instituições locais que suportam as iniciativas que o Banco Mundial vem desenvolvendo nesta área.

Na mesma linha, a Transparência Internacional publica há já alguns anos os Índices de Percepção da Corrupção, um ranking que, relativamente ao ano de 2006, coloca a Finlândia como o País mais imune a este fenómeno, posicionando Portugal na 26ª posição, pouco atrás dos Estados Unidos e bastante acima de vários países da União Europeia (como a Itália, a Grécia, a Polónia ou a República Checa).

Estes indicadores nem são suficientemente confortáveis para desvalorizarmos iniciativas determinadas de combate à corrupção no nosso País, nem são excessivamente preocupantes para exigirmos, como se diria antigamente, “uma Maria José Morgado” em cada Paróquia...

Ainda assim, importava que do debate em curso sobre os caminhos para reforçar o combate preventivo e repressivo dos fenómenos de corrupção resultassem iniciativas concretas que pudessem produzir resultados visíveis e combater o mal pela raiz, elevando o risco dos infractores e assim desincentivando este tipo de comportamentos.

Para lá da discussão dos meios, da criação de entidades mais ou menos alegóricas e das decisões de alteração da organização das estruturas de investigação criminal que suscitam clara preocupação a qualquer pessoa minimamente atenta, deste debate teria necessariamente que resultar a criminalização do “enriquecimento ilícito” de funcionários e titulares de cargos públicos.

No Preâmbulo da Convenção das Nações Unidas já se expressava que “o enriquecimento pessoal ilícito pode ser particularmente nocivo para as instituições democráticas, as economias nacionais e o Estado de Direito”, o que foi reforçado no Artigo 20º. desta Convenção, que expressa que “*com sujeição à sua Constituição e aos princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, cada Estado Parte considerará a possibilidade de adoptar as medidas legislativas e de outras índoles que sejam necessárias para qualificar como delito, quando cometido intencionalmente, o enriquecimento ilícito, ou seja, o incremento significativo do património de um funcionário público relativamente aos seus rendimentos legítimos que não podem ser razoavelmente justificados por ele*”.

Ora, desde que salvaguardado o princípio Constitucional da presunção da inocência, ninguém aceitará com naturalidade que se retire à acusação o direito de utilizar a prova dos respectivos elementos do crime que consiga construir, designadamente, os rendimentos do investigado, o seu património e padrão de vida e, ainda, a flagrante desproporção entre um e outro, para demonstrar alguns que o crime não compensa.

A não ser assim, mais se corrobora o texto de Kaufmann, quando este sustenta que, para alguns, combater a corrupção é apenas uma forma de reagir às pressões públicas sobre esta matéria, com recurso a expedientes que mantêm tudo na mesma. (*) – *Engenheiro, Presidente da CPS de Braga do PSD e vereador eleito pelo PSD na Câmara de Braga*



Como o Governo pensa e como domina a RTP...

Pacheco Pereira (*)



Para se perceber como políticas **como pouco** veja-se a colocação de **vez de números dos** portais governativos. É o Divulgação da Iniciativa PDF aqui no Portal de

Por regra, quem reservado perante oficiais uma regra absoluta, até porque o debate frases, ditos, análises, entusiasmos, onde todos me sinto, no entanto, reserva para falar do que dos putativos sucessores dois ou três do PS, advogado do Estado e dos europeu, polymekanos

Vitorino tem uma político na RTP como PS, que só por má fé pode Marcelo Rebelo de Sousa.

Marcelo é outro “ser” genuíno da comunicação, existindo muito para além da sua própria agenda política, que atrapalha tanto como atrapalha a dos outros. Marcelo dá imensos pontos sem nó e por isso “vive” como comunicador, Vitorino (como Portas aliás) nunca dá um ponto sem nó. É tudo perfeito, logo pouco interessante.

No dia dos dois anos de governação de Sócrates, Vitorino “explicou”, entre sorrisos, que tudo o que o governo está a fazer é inevitável, bom e eficaz. Que concentra as polícias no gabinete do Primeiro-Ministro, porque tem que ser e não há mal nenhum nisso (sorriso). Que aumenta os impostos, porque tem que ser e não há mal nenhum nisso (sorriso). Que ainda não há muitos resultados, porque tem que ser e não há nenhum mal nisso (sorriso). E por aí adiante. No balanço já longo dos seus comentários na RTP, quase nada disse que o afaste um milímetro da governação apesar dos jornalistas fazerem um hercúleo esforço para encontrar qualquer fugaz crítica, análise, objecção.

A RTP podia ter alguma vergonha na governamentalização, mas prefere a eficácia à vergonha. Para os que querem sempre mais provas, comparem-se os noticiários da RTP e da SIC das 20 horas de hoje (o autor refere-se ao dia 13 de Março), o momento noticioso mais importante do dia.

Veja-se como ambas as televisões trataram o aniversário do governo e o Momento-Chávez do dia, as promessas sobre a qualificação dos trabalhadores (anunciadas pela primeira vez há um ano, anunciadas de novo agora com a indicação de que desta vez é que vai ser por causa dos fundos comunitários, o que significa que ainda vamos ter novo anúncio) escolhidas pelo governo para “comemorar”.

A RTP tem um texto a roçar o gongórico sobre a matéria e fazendo eco das palavras do Primeiro-Ministro. **A sequência é perfeita – jornalista - Primeiro-Ministro – jornalista, como se fosse um único interlocutor a falar.**

Os noticiários, aliás, revelam bem o seu carácter, quando a RTP, o “serviço público”, abre com a “bebé roubada agora recuperada”, como primeira notícia de relevo e a SIC com o número de admissões que o governo fez, citando o Diário de Notícias, uma informação incómoda para o governo (que penso, porque me podia ter escapado no zapping, que a RTP nem referiu). É para isto, para esta escala de relevância, que serve a televisão pública! – (*) *Militante do PSD, Sociólogo, Professor universitário (Do seu blog “Abrupto”)*

o governo pensa as **mais do que marketing planos de marketing em resultados de execução** nos caso da Campanha de Novas Oportunidades em Governo /.../

comenta deve ser do mesmo officio. Não é admite muitas excepções, público é um contínuo de polémicas, irritações, estão presentes. Mas não abrangido por nenhuma diz António Vitorino, um da liderança do PS, número deputado, grande privados, ex-comissário como Ulisses.

coluna de puro favor explicador do governo e do ser comparada com a de

polymekanos mas é um

Notícias de Lisboa

Câmara Municipal, com mais rigor nas despesas, prescinde de 200 viaturas



A Câmara Municipal de Lisboa aprovou no dia 14 a diminuição de cerca de 200 carros da frota da autarquia, que é composta por cerca de mil viaturas ligeiras e pesadas.

O vereador social-democrata Amaral Lopes foi o porta-voz na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do executivo municipal e anunciou a diminuição da frota da autarquia.

“Estava prevista uma compra maior”, reconheceu Amaral Lopes, referindo-se ao contrato de aluguer de longa duração de automóveis para a autarquia, que foi reformulado dada a “necessidade de adequar os recursos às necessidades”.

“Quando nos deparamos com dificuldades somos obrigados a

ponderar melhor, reflectir mais e a até a ser mais imaginativos”, referiu o vereador social-democrata.

Amaral Lopes garantiu que a redução da frota não põe em causa as necessidades efectivas da autarquia e acrescentou que está a ser elaborado “um estudo de reafecção das viaturas em relação às necessidades”.

O vereador sublinhou que a Câmara tinha, em 1995, 264 viaturas ligeiras, que aumentaram para 582 em 2000 e para 592 em 2005, ou seja, o aumento real – quase o dobro – decorreu na presidência socialista de João Soares.

“Quem agora critica determinadas medidas parece que não quer assumir as responsabilidades do passado”, afirmou referindo-se às maiorias de coligação PS/CDU que governaram anteriormente a autarquia.

O presidente da Câmara anunciou terça-feira que a utilização da frota municipal terá um regulamento próprio, que está a ser elaborado, em que “o uso do automóvel terá de ser justificado”.

“O regulamento vai diminuir drasticamente o número de viaturas”, afirmou Carmona Rodrigues, sublinhando que o seu gabinete será abrangido por esta restrição na utilização de viaturas.

Também a Gestão Centralizada de Compras já permitiu poupança de 2,9 milhões de euros na CML



Carmona Rodrigues, apresentou no dia 13 de Março, os primeiros resultados do processo de Gestão Centralizada de Compras na autarquia, iniciado em Junho de 2006.

O processo de organização de compras, que consiste na gestão centralizada e estratégica dos meios e dos recursos, por forma a que a compra de bens e a aquisição de serviços se faça de uma forma planeada, com o objectivo primeiro de reduzir custos, permitiu até à data uma poupança efectiva de 2,9 milhões de euros/ano.

Numa altura de contenção orçamental, Carmona Rodrigues considera que o mais importante é “o rigor e a eficiência na gestão de

dinheiros e recursos públicos”, adiantando que até 2008 todo o modelo de compras com base numa gestão centralizada estará implementado na Câmara de Lisboa, entrando definitivamente na rotina dos serviços.

O projecto em curso de Gestão Centralizada de Compras, que foi delineado pela consultora Deloitte (após concurso público), e que integra várias categorias de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento dos serviços municipais, conseguiu ao fim de 18 meses uma poupança significativa nalgumas áreas vitais, já que da poupança total ambicionada - na ordem dos 6,6 milhões de euros/ano - atingiu-se 44 por cento do objectivo (2,9 milhões de euros/ano).

O modelo está organizado por categorias de bens e serviços, sendo que os responsáveis pela redução de custos já concretizada são o material administrativo de uso corrente, as comunicações móveis, viaturas, combustíveis e, muito em breve, os serviços de limpeza e higiene e a vigilância dos edifícios (aprovada no dia 14 de Março, em reunião do executivo), entre outros.

No total, a Gestão Centralizada de Compras vai permitir ao Município gerar poupanças efectivas de 33 milhões de euros em seis anos, em 75,6 milhões de euros de âmbito de despesa anual.

A lógica subjacente a todo este processo é reduzir o custo das várias aquisições de bens e serviços e racionalizar o consumo, maximizando o poder negocial junto dos fornecedores (evitando a dispersão nas contratações) e uniformizando os bens/serviços. Paralelamente, haverá um maior controlo, mediante um sistema de informação SAP de monitorização do ciclo de compras. - © CML



Aveiro

Área Metropolitana adapta-se a futura lei associativa e prepara eleições



Os onze municípios da Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA) aprovaram hoje a recomposição geográfica da associação, com a adesão de Anadia e a saída de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

A alteração visa fazer coincidir aquela associação de municípios com a área da NUT III do Baixo Vouga, antecipando a nova lei do associativismo municipal, que o Governo tem em preparação.

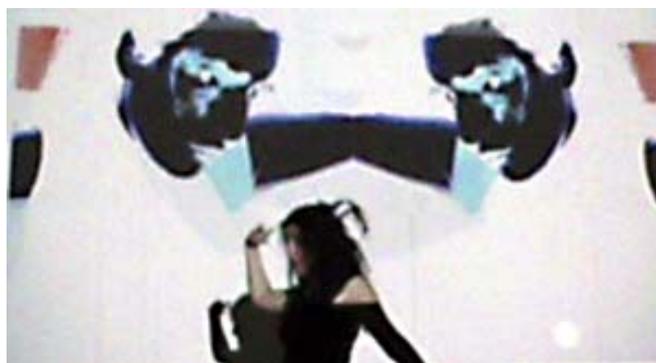
A adesão de Anadia foi aprovada já pelas respectivas Câmara e Assembleia municipais, a 06 de Março, enquanto a saída de Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis terão de aguardar pela nova lei, já que a actual estabelece um período mínimo de cinco anos, que ainda não decorreu.

Os municípios da GAMA decidiram também hoje, em Sever do Vouga, marcar eleições para a junta metropolitana, que terão lugar a 20 de Abril, e, segundo o seu presidente, Ribau Esteves, já há acordo do PSD, PS e CDS-PP para a apresentação de uma lista conjunta.

Em causa vão estar a presidência e as duas vice-presidências da associação intermunicipal, em cujo conselho executivo têm assento todos os municípios associados.

Na reunião de Sever do Vouga ficou ainda marcada uma assembleia geral a 04 de Maio, para aprovação das contas do exercício e do plano de actividades e orçamento para 2007.

No encontro ficou ainda decidido solicitar uma reunião ao presidente da empresa Águas de Portugal, para



analisar novas soluções integradas de gestão dos sistemas de água e saneamento, em alta e baixa.

Segundo Ribau Esteves, essa gestão integrada poderá passar por um acordo com a Águas de Portugal, ou pela abertura de concurso público.

O objectivo é entregar a uma só entidade a exploração das redes de água e saneamento dos concelhos abrangidos e das redes de distribuição em alta que os servem, pelos ganhos técnicos e financeiros que essa solução permite.

“Pelos estudos que temos em cima da mesa e pela leitura da gestão dos fundos do QREN esse é o caminho que temos de seguir”, justificou o presidente da GAMA.

Os municípios abrangidos têm vindo a proceder a uma harmonização das tarifas de água e saneamento, por decisão tomada em 2006.

Em relação aos fundos

comunitários, a GAMA pretende assegurar a continuidade do programa Aveiro Digital, como área a contratualizar com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).

“Foi uma aposta que valeu a pena, tendo dado origem a seis dezenas de projectos, envolvendo mais de 300 entidades, e que permitiu certificar 25 mil pessoas em competências básicas nas tecnologias da informação e comunicação”, salientou Ribau Esteves, dando conta do interesse em viabilizar a continuidade dos espaços Internet nos municípios e freguesias.

A GAMA decidiu ainda solicitar ao ministro das Finanças que clarifique a lei relativamente ao apoio social aos funcionários municipais através de sistemas complementares,

Segundo Andresa Soares, uma das expositoras, “Corpos” retrata “o corpo expressivo da individualidade; o corpo com um sentido que atravessa o erotismo, o amor e ideais românticos; o corpo sensorial e a ligação com a natureza; o corpo como conexão com a terra; o corpo como registo de memórias; o corpo como presença num espaço; o corpo em primeira pessoa; o corpo subjectivo, como encenação de uma realidade existencial, a auto-flagelação; o corpo como veículo da vida e da morte; o corpo como uma máscara; o corpo como objecto estético, o corpo objectivo; o corpo como algo que se possui e que simultaneamente é e não é o indivíduo, a manipulação da identidade; o corpo representado e o corpo representativo; o corpo individual e o corpo colectivo; corpos em relação, corpos...”.

O teatro vai às freguesias de São Jacinto e de Cacia

De forma a celebrar o mês em que se comemora o Dia Mundial do Teatro, estão a decorrer iniciativas relacionadas com o teatro, no âmbito do Projecto “Artes na Freguesia” em São Jacinto e Cacia.

Assim, no dia 17 Março, das 15.00 às 19.00 horas, na Junta de Freguesia de São Jacinto, realizou-se um “Workshop de Iniciação à Criação Teatral” orientado por Pedro Bastos. As inscrições gratuitas e limitadas a 15 participantes, foram efectuadas na Junta de Freguesia. Este Workshop vai repetir-se 31 de Março, das 15.00 às 19.00 horas, na Junta de Freguesia de Cacia, nas mesmas condições de inscrição.

Ainda inserido neste projecto, a ACAD – Associação Cultural de Aradas apresentou a peça de teatro “Os Emprateleirados” no dia 18 de Março, no Auditório do Centro Social e Paroquial de São Jacinto com repetição no próximo dia 1 de Abril, às 15.00 horas, no Auditório da Junta de Freguesia de Cacia. Entrada gratuita.

“Os Emprateleirados” é um espectáculo que trata de coisas sérias, em tom de brincadeira. Alguns personagens, que pela sua caracterização são bastante divertidos, quando interagem com os outros num cenário, no mínimo, fora do comum, criam situações improváveis e que tocam o surreal. – CM Aveiro

reconhecendo que “o seu quadro salarial é excessivamente baixo quando comparado com os da administração central”. - Gab. Imp. Ilhavo

Exposições “Corpos” e “O Corpo e a Natureza”

A Câmara Municipal de Aveiro inaugurou no dia 17a Exposição de fotografia e vídeo “Corpos” de Ana Henriques, Andresa Soares, Catarina Patrício e Marisa Nunes; seguida da inauguração da Exposição de Fotografia “Sobre o Corpo e a Natureza” de Marisa Antunes, às 18.00 horas, no Salão Nobre e Bar do Teatro Aveirense.

Ambas as exposições estarão patentes até 15 de Abril e têm entrada livre. A inauguração da exposição “Sobre o Corpo e a Natureza” vai contar com apresentação do solo de dança “Passos Contados” de Maria Radich.

Notícias de Évora

Brincando com as Urgências no Distrito?

No final de 2006, o Ministro da Saúde decidiu encerrar o Serviço de Urgência de Montemor-o-Novo, passando a assistência médica à população desse concelho a ser assegurada pelo Serviço de Urgência de Vendas Novas.

Tal decisão pareceu incompreensível por diversas razões: Montemor-o-Novo é atravessado pela auto-estrada que liga Lisboa a Madrid bem como pela Estrada Nacional nº4, vias nacionais estruturantes e de grande movimento. Montemor possui igualmente um parque industrial importante, é um concelho dos mais vastos de Portugal, contando com uma população significativa. Sob o ponto de vista operacional, um doente grave seria obrigado a recorrer ao Serviço de Urgência de Vendas Novas, que dista 22 Km, sendo daí transferido para o Hospital do Espírito Santo de Évora. Neste trajecto, de cerca de 74 Km, impróprio para um doente grave, verificava-se que ao perfazer 44 Km estava exactamente no ponto de partida. Cómico, se não fosse trágico...

Acresce-se a estes argumentos o facto de em Montemor existirem em funcionamento duas Unidades de Saúde, com internamento.

No final do mês de Janeiro, e sem que se percebesse porquê, o Governo decidiu que afinal a Urgência de Montemor se manteria aberta e que se encerraria a de vendas Novas. Com esta decisão, Sócrates só mostrou que não sabe exactamente o que quer. Tem unicamente uma obsessão economicista, mesmo que se seja à custa das populações do interior.

Encerrar a urgência de Vendas Novas parece-nos errado. Por ali passam

uma via férrea, a auto-estrada Lisboa-Madrid, a Estrada Nacional nº4, existindo igualmente um parque industrial dinâmico que funciona 24 horas por dia. Também não podemos esquecer que Vendas Novas foi o concelho que mais cresceu em termos populacionais. Finalmente, há a particularidade geográfica desta cidade se situar a 50 Km de Évora, a 50Km do Montijo e a 50 Km de Setúbal.

Relembramos que, quando o PSD foi Governo e Luís Filipe Pereira era Ministro da Saúde, as estruturas políticas locais do PSD lutaram, com êxito, para que a Urgência nocturna de Vendas Novas não fosse encerrada. O PSD colocou o interesse do povo do distrito acima dos interesses político-partidários. E agora, o que faz o PS?

Também devemos lembrar que este Governo, no final de 2006, fez encerrar o atendimento que funcionava no Hospital do Espírito Santo, o CUCSE (Consulta de Urgência do Centro de Saúde de Évora), perdendo a população do concelho de Évora esse importante serviço de Urgência. Tal medida obrigou o Serviço de Urgência do Hospital do Espírito Santo de Évora a atender um número de doentes muito superior ao habitual, com prejuízo dos utentes.

Verificamos que com o Governo Socialista e com Correia de Campos, em particular, a população do distrito de Évora só tem razões de queixa em relação à política de Saúde, fechando-se Serviços a pretexto da redução de despesas, mesmo que tal aumente os encargos para o povo e se coloquem em risco a saúde e a vida das populações. - **Grupo Temático da Saúde/CPD - Évora**

Os eborenses devem discutir publicamente a revisão do PDM para discutir, nesse momento, o futuro do Conselho

O PSD deseja que o debate público em torno da proposta de revisão do PDM seja o momento da discussão do futuro do concelho de Évora, alicerçando projectos estruturantes e criando novos rumos.

Demonstrando, mais uma vez, que apenas está coligado com os interesses de Évora e da sua população, num sinal de grande maturidade e responsabilidade política, o PSD decidiu viabilizar a discussão pública da proposta de PDM elaborada pelos eleitos do Partido Socialista, apesar da sua formulação ter sido feita à margem da Câmara de Évora, onde só agora a vereação tomou conhecimento do documento.

A concordância com a necessidade de partir, desde já, para uma ampla discussão pública do PDM, não significa o apoio do PSD à generalidade do documento apresentado, pobre de opções e escasso de inovação, reservando os seus eleitos o direito de não acatar versões finais que iludam ou ignorem os resultados da discussão pública na sua formulação.

Em nome da legitimidade democrática de participação activa e empenhada na construção do futuro de Évora, o PSD estará sempre aberto às sugestões da população e de todas as forças vivas do concelho, disponibilizando-se os seus eleitos, na Câmara e na Assembleia Municipal, para analisar o documento com todos os munícipes que pretendam participar neste processo. - **CPD/PSD**

As comemorações dos 20 Anos de Évora como “Património da Humanidade” decorreram sem brilho e sem adesão dos eborenses

Ao que parece, já terminaram as comemorações dos 20 anos de elevação de Évora a Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO, sem que os eborenses o tenham sentido e sem que o país tenha sido recordado de tal marco, tão importante para Évora.

O estatuto internacional alcançado em 1986, distintivo no “cluster” do turismo urbano e cultural, pelo qual tantas cidades e vilas lutam em várias regiões de Portugal e do mundo, deveria estimular a Câmara de Évora a desencadear iniciativas de oportunidade com maior frequência. Infelizmente para Évora, a Câmara Municipal perde a todo o momento oportunidades de iniciativa.

Apesar de as forças vivas do concelho se terem disponibilizado e empenhado junto da Câmara Municipal, esta revelou-se incapaz para aproveitar as competências institucionais locais em benefício da promoção de Évora, através das comemorações dos 20 anos de património da humanidade.

Évora não pode adormecer à sombra de um estatuto passivo de “Cidade museu”, urgindo ampliar a classificação da UNESCO enquanto vantagem para aumentar a atracção e a fixação turística, através de iniciativa municipal própria, a qual não tem sido suficiente em Évora: criação de condições de acolhimento, melhoria da informação e sinalização turística, dinamização de animação urbana e cultural. - **CPS/PSD**

Notícias de Ovar

Recomendações de vereadores do PSD sobre recuperação de fontes

Ovar é um município muito rico em fontes.

Existem fontes em todas as freguesias do Concelho, mas é na cidade de Ovar onde se concentram aquelas que, porventura, podem ser consideradas as mais antigas e com um valor histórico e patrimonial mais significativo.

São disso exemplo vivo a Fonte do Casal, a Fonte dos Combatentes (ou do antigo Hospital), a Fonte dos Pelames, a Fonte das Luzes, a Fonte da Madria, a Fonte da Ponte Nova ou a Fonte de Cabanões.

No entanto, e infelizmente, a degradação de todas (ou quase todas) as fontes é uma realidade incontornável, pese embora todo o significado histórico que elas encerram.

O profundo estado de abandono e de deterioração das Fontes de Ovar não honra o seu passado, enquanto locais de inegável valor histórico.

Por tudo isto, mas também porque acreditamos que ainda é possível intervir para salvar este importante e singular património histórico-cultural, os Vereadores do PSD vêm por este meio sensibilizar o executivo da Câmara Municipal de Ovar para a necessidade urgente de realizar a recuperação das Fontes de Ovar. O nosso alerta aqui fica: SALVEM AS FONTES DE OVAR.

Recomendação sobre a reabilitação do Mercado Municipal

A ideia da construção de um mercado municipal, em Ovar, vem já do tempo da Monarquia, no início do século passado. Relato-nos o Dr. Alberto Lamy na Monografia de Ovar que só em Abril de 1948 é que a



Câmara Municipal de Ovar deliberou encarregar o arquitecto Januário Godinho da execução do projecto do mercado municipal.

Este processo passou por várias vicissitudes, nomeadamente, o acordo com a autoridade eclesiástica da Igreja Católica com vista à demolição da Capela da N.ª S.ª da Graça (que nunca chegou a acontecer), assim como, à expropriação de uma parcela de terreno à Família Salvador.

Em 1950, o arquitecto Januário Godinho apresentou o projecto final do mercado municipal que contemplava três entradas: a principal (ainda hoje obstruída pela Capela da N.ª S.ª da Graça que não foi demolida), a da Rua Elias Garcia e a da Rua Gomes Freire.

O projecto contemplava 7 corpos distintos que se destinam a áreas de comércio de legumes e hortaliça, flores e frutas, carnes e derivados, peixe e mariscos, animais e outros

produtos, totalizando uma superfície de ocupação de 3.211 m².

A sua construção iniciou-se em Setembro de 1952 e viria a ser inaugurado no dia 14 de Fevereiro de 1955, custando à Câmara Municipal de Ovar a módica quantia de 3.129.640\$30 (não consta que tenha tido trabalhos a mais...).

Esta obra, que constitui uma aspiração de sucessivas Câmaras entre 1914 e 1952, assinala um equipamento público de inquestionável qualidade arquitectónica e urbanística, sendo uma referência para milhares de pessoas que o procuraram e utilizaram ao longo destes últimos cinquenta anos.

O Mercado Municipal de Ovar ainda hoje é um local de referência e um ponto de encontro de compra e venda de produtos frescos, e não frescos, que abastece muitas famílias da nossa cidade e das freguesias vizinhas, inclusive de outros concelhos.

O Mercado Municipal de Ovar foi também o palco privilegiado de muitas e variadas iniciativas e manifestações culturais, desportivas, de recreio e de lazer, sendo um espaço singular de eleição no centro da cidade de Ovar.

Ao longo do tempo da sua existência, o Mercado Municipal não ficou imune ao desgaste dos anos, da acção do Homem e de uma utilização intensiva.

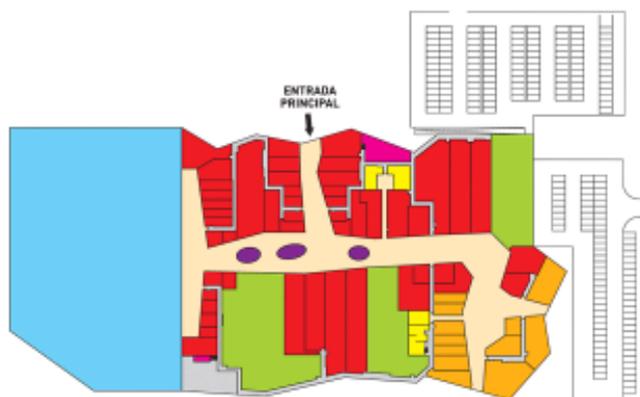
Nos dias de hoje, o Mercado Municipal de Ovar releva sinais evidentes de profundo desgaste e de degradação acentuada, justificando uma intervenção urgente de beneficiação e recuperação.

Assim, e aliás na sequência das sugestões já apresentadas pela Junta de Freguesia de Ovar em devido tempo, os Vereadores do PSD vêm por este meio sensibilizar o executivo da Câmara Municipal de Ovar para a necessidade urgente de realizar uma intervenção de fundo no Mercado Municipal.

O Mercado Municipal continua a desempenhar um papel de grande utilidade pública, é um espaço de encontro de milhares de pessoas e de trocas comerciais de diversos produtos agrícolas, e não só, que mobilizam uma parte significativa da economia local.

São estes argumentos que os Vereadores do PSD aqui deixam e relevam para justificar aquilo que é uma acção urgente e necessária por parte da autarquia.

- Os Vereadores PSD da Câmara de Ovar



Notícias de Setúbal

PSD preocupado com criminalidade no Vale da Amoreira



O Presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, revelou a preocupação com o elevado índice de criminalidade na freguesia do Vale da Amoreira, concelho da Moita, que é uma das áreas mais problemáticas do Distrito de Setúbal.

Uma comitiva da Distrital de Setúbal do PSD, encabeçada pelo seu Presidente, Bruno Vitorino, pelo Deputado à Assembleia da República Luis Rodrigues e pelo Presidente da Distrital de Setúbal da JSD, Nuno Matias, juntamente com dirigentes locais, visitou sexta-feira uma das freguesias mais problemáticas do distrito, ao nível da segurança, onde reuniu com altos responsáveis da GNR.

O Posto da GNR da Baixa da Banheira, que tem na sua zona de intervenção o Vale da Amoreira, é o que tem o maior registo de criminalidade na área do Destacamento Territorial do Montijo. Refira-se que estas instalações integram os militares provenientes do Posto da Moita, que se encontra encerrado devido ao estado de degradação em que se encontra.

Segundo a GNR, a criminalidade na freguesia do Vale da Amoreira é elevada, contudo, encontra-se estabilizada, estando os problemas identificados.

Com a reestruturação das forças policiais, já anunciada pelo Governo, está previsto que a freguesia da Moita integre a área de actuação da GNR e que as freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira fiquem sob a alçada da PSP.

O Presidente da Distrital de Setúbal do PSD diz que tem que ser equacionada a construção de novas

instalações no Vale da Amoreira para a PSP, no âmbito da reestruturação em curso.

Bruno Vitorino sublinha o empenho e dedicação dos elementos da GNR no combate à criminalidade, tendo em conta os escassos meios humanos e materiais que têm à disposição, num Distrito cujo o ratio entre a população e as forças de segurança é menor do que em outras regiões do País, reivindicando desta forma o aumento do número de efectivos.

Do Barreiro: vereador do PSD – que preside à Distrital – e que perdeu parte dos poderes executivos, faz balanço positivo do seu trabalho

O vereador da Câmara do Barreiro, Bruno Vitorino, fez um balanço positivo do trabalho que realizou nos 14 meses em que foi responsável pela Regeneração Urbana, agora que o presidente Carlos Humberto (PCP) decidiu retirar-lhe a área.

“Foi uma decisão unilateral do presidente e só ele pode esclarecer dos motivos, mas penso que eu estava a fazer um bom trabalho”, referiu o ainda vereador com pelouro do Ambiente em conferência de imprensa.

O presidente Carlos Humberto decidiu retirar a área ao vereador no âmbito da reestruturação que acontece na autarquia, entregando o pelouro ao vice-presidente Joaquim Matias.

Bruno Vitorino (PSD) destacou aquela que foi a sua grande luta aos longo dos últimos meses, a Sociedade de Reabilitação, que considera essencial para inverter a tendência do

concelho.

“Esta foi a minha grande luta, mas não consegui. A Sociedade de Reabilitação iria permitir injectar capital para inverter e tendência actual, permitindo também aligeirar processos e recorrer ao financiamento. Assim não vamos lá, mas quem manda, manda”, referiu.

O vereador, eleito pelo PSD, esclareceu que agora vai esperar “pelos frutos das sementes” que semeou, explicando que manteve o Grupo de Regeneração Urbana que vinha do mandato anterior, tendo apenas sido alteradas as prioridades.

“As áreas de intervenção eram Barreiro Velho, Bairro das Palmeiras e Alburrica. Ninguém pode querer num mandato resolver problemas que têm décadas, o importante era inverter a tendência actual onde as más condições, que não levam ao investimento e afastam a população jovem dos locais”, referiu, acrescentando que o Barreiro Velho era nesta altura a “principal prioridade”.

Bruno Vitorino, que é líder da distrital de Setúbal social-democrata, defendeu que a Câmara tinha que dar o exemplo no local e apontou os edifícios do “Café Barreiro” e “Casa da Cerca” como objectos de uma recuperação para incentivar o investimento privado.

“O Café Barreiro será com os recursos da Câmara, numa obra que já devia ter começado. Temos também que dar um fim ao edifício, não pode ser só recuperar, sem esquecer a colectividade que não se pode matar assim”, disse.

Quanto à Casa da Cerca está

englobada numa candidatura ao PRAUD, que engloba a reestruturação do espaço público entre o Largo Rompana e a Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

“O Governo teria que dar uma resposta até Setembro à nossa candidatura, mas que tenha conhecimento, até ao momento ainda não se pronunciou”, salientou.

O autarca referiu que é necessário investir no espaço público para incentivar os privados e com esse objectivo propôs uma redução de 30 por cento nas taxas do IMI para quem construisse, reconstruisse ou recuperasse prédios na zona do Barreiro Velho.

Em relação às actividades nocturnas no Barreiro Velho, o vereador mostrou-se a favor do seu desenvolvimento desde que sejam actividades económicas disciplinadas. “Estariamos muito pior se não existissem bares e restaurantes. A diversão nocturna faz falta e temos de criar uma política que deixe trabalhar os empresários na zona.

Defendo um alargamento dos horários de encerramento, uma orientação para conciliar com os serviços de limpeza, estacionamento e a própria polícia, mas sempre cumprindo a lei”, salientou.

A terminar, Bruno Vitorino referiu que existem soluções para os problemas do Barreiro, basta analisar alguns concelhos no país.

“Existem soluções para os problemas, a nós basta ter a inteligência para seguir as iniciativas bem sucedidas de outros concelhos”, concluiu.

– Fonte: Lusa



Notícias dos Açores

Comunicado da Comissão Política Regional: «Desnorte total» do Governo

O Governo Regional socialista grita “vitória” para tentar esconder aos açorianos as dificuldades que foi incapaz de superar no âmbito da negociação do POSEI/Açores. Os Açores tinham como um dos objectivos obter um aumento de 96,6 euros para 150 euros do prémio à vaca leiteira. Infelizmente, os lavradores açorianos não vão poder contar com nenhum aumento. Os nossos governantes não souberam sensibilizar Bruxelas para as reais necessidades da agricultura açoriana.

Razão tinha o presidente da Associação Agrícola de São Miguel, quando disse que “não houve por parte do Governo dos Açores uma posição firme e convincente em termos políticos para salvaguardar os interesses dos Açores”. O Governo Regional não conseguiu, sequer, um consenso dentro da família socialista à volta da sua proposta, visto que o próprio Eurodeputado do PS/Açores, Paulo Casaca, conhecedor dos meandros de Bruxelas, afirmou publicamente discordar da solução apresentada pelo governo de Carlos César.

Afinal, o programa, como foi apresentado, no que concerne ao apoio à vaca leiteira, estava mal concebido, pior fundamentado e, por isso, condenado ao insucesso. E há quem não tenha vergonha e venha gritar “vitória” aos ouvidos dos açorianos. Basta de arrogância! Os lavradores açorianos sabem que o Secretário Regional da Agricultura só pensou em “salvar a sua pele”. Não soube, humildemente, reconhecer o que não correu bem na negociação com a Comissão Europeia.

O Governo Regional socialista não fez o trabalho de casa a tempo e horas. O POSEI/Açores já devia estar aprovado há sete meses. E não o foi porque o governo de Carlos César não apresentou o projecto programa à Comissão Europeia na altura devida.

Resta agora ao Governo Regional compensar os lavradores açorianos pelos prejuízos que causou. O governo de Carlos César apresenta ainda como alternativa algo que, na prática, não o é. Propõe a atribuição de um prémio suplementar às explorações com uma taxa de encabeçamento igual ou inferior a 2,2, quando a maioria das explorações da Região já possui uma taxa de encabeçamento superior à referida.

E numa tentativa de encontrar desculpas para a sua incapacidade negocial no POSEI/Açores perante a Comissão Europeia, o Secretário Regional da Agricultura resolveu ainda atirar culpas para a Comissão Europeia e, pasme-se, para o Eurodeputado Duarte Freitas. Se o Governo Regional tivesse feito o trabalho de casa como fez o Eurodeputado Duarte Freitas, os prazos teriam sido cumpridos e os os lavradores estariam agora, com satisfação, a celebrar uma vitória, em vez de pasmarem perante a incompetência demonstrada pelo governo de César e a sofrer respectivas consequências.

Mais uma vez se verifica que o Governo Regional não conhece os reais problemas da Agricultura, nem possui estratégia ou criatividade políticas para desenvolver com sustentabilidade, qualidade e competitividade o sector da Agricultura nos Açores. - **CPR/Açores**

O PSD/Açores e a reforma consular

O PSD congratula-se com a manutenção dos consulados portugueses em Providence e New Bedford, hoje anunciada pelo Governo da República.

O recuo do Governo da República na anunciada extinção do consulado de Providence é o reconhecimento da justeza da reivindicação de todos aqueles que se bateram contra uma solução errada e que punha em causa os interesses das nossas comunidades.

O esforço e a mobilização das comunidades açorianas e dos seus descendentes na área da Nova Inglaterra contra a intenção inicial do Governo da República permitiu, também, alcançar este resultado.

O PSD sempre defendeu esta solução, tendo mesmo apresentando um projecto de Resolução na Assembleia Legislativa recomendando ao Governo da República a manutenção destes dois consulados, o qual foi rejeitado pela maioria socialista.

O PSD, ao contrário de outros partidos e do Presidente do Governo Regional nunca desistiu de lutar pela defesa das nossas comunidades nos EUA e nunca admitiu aceitar o encerramento do consulado de Providence como contrapartida da abertura de novos consulados noutras cidades norte-americanas.

O PSD saúda a comunidade portuguesa e açoriana da Nova Inglaterra por esta importante vitória. - **PSD/A**

Deputados do PSD pela Terceira, elegem acessibilidades e liberalização das ligações aéreas à ilha como prioridades.

“As acessibilidades são essenciais para o desenvolvimento da Terceira e acentua-se cada vez mais a necessidade da liberalização das ligações aéreas de passageiros para a ilha”, as ideias foram defendidas pelos deputados do PSD eleitos pela Terceira numa reunião mantida, ontem à tarde, com a Direcção e Mesa de Turismo da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. Clélio Meneses e Carla Bretão reuniram com aquele órgão no seguimento da auscultação feita às diversas faixas da sociedade local, e num trabalho contínuo de contactos mais específicos sobre o visível esvaziamento da Terceira como placa giratória e distribuidora do tráfego do Grupo Central, tanto ao nível dos passageiros como da carga marítima. As preocupações abordadas reflectiram “diversas carências que afectam directamente os terceirenses, nomeadamente no tocante às ligações da ilha com o exterior, que se têm revelado insuficientes, assim como a indefinição relativa a futuras políticas nesse campo vão arrastando a questão há já longos anos”. Foi referida aliás a “perda gradual da centralidade ganha, ao longo dos tempos, pela Terceira, e que se justificava por motivos históricos e geográficos”.

O estado actual da Aerogare das Lajes foi também apontado como “um factor decisivo para o impasse que se vive na Terceira, com recorrentes atrasos e retrocessos. Foi opinião unânime que a estrutura deve ser rentabilizada com alguma urgência, bem como potencializada a sua utilização”.

O recente anúncio da ligação aérea Porto/Terceira foi motivo de várias considerações, tendo sido realçado pelos parlamentares o “esforço dispendido no debate sobre o tema, sem resposta aparente do executivo, num processo que parece agora encaminhado na sua resolução”. Recorde-se que foi recentemente dado a conhecer o possível início da ligação entre os aeroportos de Lajes e Francisco Sá Carneiro – no Porto - ainda este ano.

A promoção dos Açores no exterior, a tarifa aérea única com os destinos da Diáspora, e os pacotes turísticos como forma de aumento do número de visitantes foram outros dos pontos em discussão, e que mereceram dos presentes a maior atenção e cuidado. Os deputados terceirenses do PSD vão prosseguir os contactos com os agentes ligados a estas problemáticas, muitas delas já levadas ao plenário num passado recente.

Pedidos esclarecimentos ao Governo sobre a situação

O grupo parlamentar do PSD/Açores pediu, na semana passada, esclarecimentos ao governo regional sobre o número de passageiros, os custos para as companhias aéreas e o montante de indemnizações compensatórias atribuídas à rota Terceira/Lisboa/Terceira. Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, os deputados social-democratas eleitos pela ilha Terceira justificam o pedido destas informações com o actual estado das ligações aéreas, executadas segundo regras de serviço público, que tem vindo a “beneficiar a instalação de monopólios”.

Apesar deste modelo ter “merecido muitas críticas por parte da sociedade civil organizada, partidos políticos e população em geral”, recentes declarações do secretário regional da Economia “afastam qualquer possibilidade de alteração do actual modelo”.

Os deputados do PSD/Açores eleitos pela Terceira recordam que, “conforme tem sido denunciado pelo PSD, o actual modelo não serve os açorianos, a economia açoriana e concretamente os terceirenses e a economia terceirense”.

O teor do requerimento apresentado

«Dada a nossa condição arquipelágica e considerando que a única forma de ligação com o exterior se consubstancia nos nossos mares e céu. Sendo que apenas em relação a algumas ilhas e em certas alturas do ano nos podemos socorrer dos transportes marítimos, resta aos açorianos utilizar os transportes aéreos na ligação com continente português e o resto do mundo.

«Considerando o actual estado das ligações aéreas, executadas segundo regras de serviço público, que tem beneficiado a instalação de monopólios, e as recentes afirmações do Secretário Regional da Economia que afastam qualquer possibilidade de alteração do actual modelo.

«Considerando que o actual modelo de transportes aéreos tem merecido muitas críticas por parte da sociedade civil organizada, por partes dos partidos políticos e pela população em geral.

«Considerando que, conforme tem sido denunciado pelo PSD, o actual modelo não serve os Açorianos, a economia açoriana e concretamente os terceirenses e a economia terceirense.

«Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD requerem ao Governo Regional o seguinte:

1. Qual o número de passageiros que viajam de e para Lisboa através da

Gateway da Terceira;

2. Qual o custo, para as transportadoras, do estabelecimento desta rota;
3. Qual o montante de indemnizações compensatórias atribuídas a esta rota, por via do subsídio ao bilhete.

Deputados pela Terceira visitam Raminho, em Angra

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo da Terceira visitaram na segunda-feira passada a freguesia do Raminho, no concelho de Angra do Heroísmo. A visita, integrada num ciclo de contactos que os parlamentares têm mantido com as forças vivas de toda a ilha, serviu para aferir das condições e necessidades daquela freguesia da costa norte terceilense.

Num contacto prolongado com a Junta de Freguesia local Clélio Meneses, António Ventura e Carla Bretão, puderam constatar algumas carências do Raminho, nomeadamente no que diz respeito à assistência médica aos idosos e população local, um tanto prejudicada pela distância que a separa das duas cidades da ilha. Ainda no campo do apoio à terceira idade, puderam confirmar a obra feita no Lar de Idosos pela actual gerência da instituição, numa “ampliação executada com verbas próprias” daquele organismo. Voz corrente, desta e doutras freguesias, tem sido um “acentuado decréscimo no número de empresários agrícolas, situação que tem causado algumas situações preocupantes”.

Ao nível da manutenção dos diversos caminhos agrícolas ficou patente a “urgência de umas quantas intervenções urgentes, duas delas de fundo”. Em termos de realidade escolar o Raminho apresenta-se como uma “freguesia que tem lutado pelos seus direitos, o que vai valendo acções visíveis que, de uma forma geral, proporcionam um ensino de qualidade aos seus alunos e um bom ambiente de trabalho aos docentes e funcionários”. Os deputados puderam comprovar, no terreno, o dinamismo e a força de vontade da Junta de Freguesia, presidida por Honorato Lourenço, assim como avaliar o esforço dedicado à resolução de problemas, e a novas iniciativas visando o desenvolvimento da localidade.

Os parlamentares social-democratas visitaram, para além da Junta de Freguesia, o Posto de Leite, a Escola e Jardim de Infância local, o edifício polivalente da Casa do Povo – onde funcionam, entre outras valências, os Serviços de Freguesia do Centro de Prestações Pecuniárias de Angra do Heroísmo e do Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social e a sede dos Escoteiros locais -, o Lar de Idosos da freguesia e a ampliação que nele decorre, o Miradouro do Raminho, as obras da futura Casa Mortuária, bem como diversos caminhos agrícolas e locais de futuros investimentos ao nível da rede viária, construção de novas casas e melhoria de acessos.

Actualmente vivem menos de seiscentas pessoas no Raminho, localidade que, no final do século 19, chegou a ter perto de dois mil habitantes. No panorama económico actual da freguesia continuam a predominar a agricultura, os serviços e o comércio.

Com uma área administrativa de pouco mais de 11 quilómetros quadrados, a freguesia do Raminho encontra-se a vinte e sete quilómetros da sede do Concelho de Angra do Heroísmo, situando-se no extremo oeste-noroeste da Terceira.

Jovens agricultores

Os deputados do PSD/Açores denunciaram o “pagamento de uma taxa sobre o valor da fiança obrigatória para os Projectos de Primeira Instalação dos jovens Agricultores”. O procedimento em causa já existira “na vigência do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), tendo sido eliminado no III QCA, que findou, por ser considerado um custo elevado para o Jovem Agricultor, todavia”, refere um requerimento social-democrata enviado à Assembleia Regional “está agora novamente a ser aplicado nos projectos aprovados no fim do referido quadro”.

Dando voz a uma recente preocupação dos jovens agricultores da região, e que veio agravar os custos dos seus projectos, o PSD/Açores salienta que “no período compreendido entre 01/04/2006 e 30/11/2006 abandonaram a actividade de produção de leite na Região 210 Produtores”, os deputados laranja querem saber as razões “do ressuscitar daquele custo associado aos projectos recentemente aprovados e qual a posição do Governo Regional sobre a existência desse mesmo custo no arquipélago”.

Para o PSD/Açores é também “fundamental que os Agricultores sejam informados de quando estarão disponíveis as novas candidaturas ao abrigo do novo Quadro Comunitário de Apoio. Uma informação urgente, dado que a actividade agrícola está cada vez menos atractiva pela diminuição de rendimentos e pelas duras condições de trabalho, levando mesmo muitos Agricultores a procurarem outra profissão”, referem os deputados social-

democratas.

A festa do emigrante, nas Flores e alteração das ligações marítimas

O deputado social-democrata António Maria Gonçalves defendeu na ALRA, uma alteração nas ligações marítimas com as Flores, por ocasião da Festa do Emigrante, que se realiza tradicionalmente naquela ilha do Grupo Ocidental. Este ano o evento tem lugar no fim-de-semana de 13 a 16 de Julho, pelo que o parlamentar do PSD/Açores propõe “uma alteração ao horário normal de entrada e saída do barco na ilha, durante a semana da Festa. Em vez do barco entrar na terça-feira (dia 10), e sair na quarta-feira (dia 11), deve atrasar a sua ida para a Sexta-feira, dia 13, e regressar no dia 14, retomando na semana seguinte a normalidade do seu horário”.

Em comunicado o deputado florentino diz que “a saga política do transporte marítimo nas nossas ilhas tem sido preocupante, mas é uma medida política importante e que serve, especialmente no Verão, as necessidades de mobilidade de pessoas e bens. Não tem, no entanto, correspondido com eficiência, aos horários publicamente assumidos, nem aproveitado todas as oportunidades de bem servir as populações”.

Mas sendo a Festa do Emigrante “muito importante para a economia da ilha, e com um grande impacto social e afectivo afirmado ao longo das suas 22 edições, o acesso marítimo à ilha nessa altura é decisivo para assegurar maior número de pessoas na festa, visto que uma grande parte não tem meios financeiros para suportar os custos do transporte aéreo”, assegura o deputado, que quer que esta proposta seja “uma disponibilidade genuína para colaborar na melhoria do serviço do transporte marítimo para as Flores na semana da Festa do Emigrante”.

Pobreza na Terceira

As dificuldades económicas aumentam a olhos vistos na Ilha Terceira, sendo as altas taxas de atribuição do Rendimento Social de Inserção, um indicador dessa realidade. Os dados foram hoje considerados “preocupantes” pelo PSD da ilha lilás, que acusou o Governo Regional de, diariamente, “visitar obras em curso, fazendo muita propaganda das mesmas, em vez de se preocupar com as pessoas, especialmente as mais necessitadas, e com aquelas famílias que tem dificuldades em pagar a sua alimentação, a renda ou a prestação da casa e os medicamentos na farmácia”. Numa Conferência de Imprensa, em Angra do Heroísmo, o responsável pelo PSD/Terceira, António Ventura, referiu que “existe um conjunto de sensibilidades, sinais exteriores e indicadores que manifestam uma tendência preocupante ao nível das dificuldades financeiras de muitas famílias na Ilha”, nomeadamente a atribuição do “Rendimento Social de Inserção (RSI) cujos números são elevados na Terceira e, portanto, uma forte evidência da dependência económica de muitas pessoas de um instrumento que se assume como uma prestação pecuniária a quem se encontra em situação de grave carência económica e social. O RSI abrange na Ilha Terceira 20% do quantitativo do total Açores”.

A estrutura laranja da ilha referiu que 7,2% dos açorianos beneficiam daquele apoio, um valor considerado “elevadíssimo, se atentarmos a que a média nacional é de 1,7%, que na Madeira essa média se situa nos 1,8%, e que apenas o distrito de Portalegre, mesmo assim com uma considerável diferença, é o que mais se aproxima da nossa região, com 3,7%”. Segundo António Ventura dados fornecidos pela Cáritas e pelas Conferências Vicentinas, demonstram que os índices de pobreza aumentam a olhos vistos, e até “o próprio presidente do Banco Alimentar, em Dezembro do ano passado, afirmou a um meio de comunicação local, que o número de pessoas pobres na Ilha Terceira tem vindo a aumentar em termos oficiais, à medida que as famílias que vivem na denominada “pobreza envergonhada” vão deixando que o facto se torne público”. Numa referência às recentes obras anunciadas para a ilha, o PSD/Terceira defende que “o betão e o alcatrão são necessários ao nosso desenvolvimento, mas não matam a fome nem aumentam os salários ou as pensões às pessoas”, numa alusão também ao elevado número de pensionistas na ilha, onde “de acordo com os últimos dados divulgados – 2005 - existiam 13 182 pensionistas correspondendo a 23,7% da população local, enquanto nos Açores este valor é de 20% da população”.

A Comissão Política terceilense do PSD argumenta “não perceber onde o Governo Regional dos Açores gastou tantos milhões de euros e como em consequência aumentam os sinais de pobreza”, e António Ventura recordou que “os Açores receberam, no último Quadro Comunitário de Apoio, 5050 Euros / per capita de fundos comunitários, 3, 5 vezes mais do que as Regiões de objectivo 1, nomeadamente a região de Lisboa e Vale do Tejo”. Assim o PSD/Terceira denuncia uma situação em que “ao aumento das dificuldades económicas das pessoas na Ilha deveria o Governo Regional responder com



políticas mais dirigidas a essas mesmas pessoas, o que não se verifica. Ao invés o executivo e as autoridades competentes fecham os olhos a tudo isso e tentam rebater todas as alternativas que o PSD tem vindo a propor. Nestas e noutras áreas...”, declarou António Ventura.

Texto do Comunicado emitido após a conferência de Angra

«Pobreza aumenta na ilha Terceira»

O número de pessoas com dificuldades económicas na Ilha Terceira tem vindo a aumentar nos últimos tempos.

Com efeito, existe um conjunto de sensibilidades, sinais exteriores e indicadores que manifestam uma tendência preocupante, designadamente ao nível das dificuldades financeiras de muitas famílias na Ilha Terceira.

Sinais como o Rendimento Social de Inserção (RSI) cujos números são elevados na Ilha Terceira e, portanto, uma forte evidência da dependência económica de muitas pessoas deste instrumento que se assume como uma prestação pecuniária a quem se encontra em situação de grave carência económica e social.

O RSI abrange na Ilha Terceira 20% do quantitativo do total Açores. Certamente um indício do desemprego que também se sente na Ilha.

Também a Cáritas da Ilha Terceira revela que tem vindo a subir o número de pedidos de ajuda em dinheiro, medicamentos, mobiliário e bens de primeira necessidade para alimentação, contrapondo com os montantes dos peditórios públicos que tem vindo a decrescer. Um pronúncio do desemprego e das baixas pensões na população idosa.

Alguns grupos contactados das Conferências Vicentinas, identicamente, alegam que tem vindo a crescer o número de pedidos para apoio de vida.

São também preocupantes as situações de crianças nas escolas que apresentam indícios de deficiente alimentação provenientes de famílias de fracos recursos económicos.

Aumenta também o número de pessoas com problemas psicológicos e do foro psíquico na ilha Terceira.

O próprio presidente do Banco Alimentar, em 21 de Dezembro de 2006, afirmava a um meio de comunicação local, “o número de pessoas pobres na Ilha Terceira tem vindo a aumentar em termos oficiais, à medida que as famílias que vivem na denominada “pobreza envergonhada” vão deixando que este facto se torne público”.

Outro facto relevante prende-se com o elevado número de pensionistas na Ilha Terceira.

De acordo com últimos dados divulgados – 2005 - existiam na Ilha Terceira 13 182 pensionistas correspondendo a 23,7% da população local, enquanto nos Açores este valor é de 20% da população.

O dia-a-dia está genericamente mais difícil para todos nós e, em particular e de forma crescente, para as famílias com fracos recursos económicos.

Em resultado das políticas desenvolvidas pelos Governos Regional e da República, as famílias vão sentindo cada vez mais dificuldade no dia a dia, com os recentes aumentos de bens essenciais: electricidade, gaz e outros combustíveis bem como muitos produtos alimentares, com salários e pensões com aumentos insignificantes, abaixo da taxa da inflação nos Açores.

De facto, não é este o resultado que os Terceirenses esperavam quando votaram maioritariamente no Partido Socialista.

Só Betão e alcatrão

Entretanto o Governo Regional Socialista preocupa-se, diariamente em visitar as obras em curso, fazendo muita propaganda das obras, algumas das quais se gastam milhões de euros em trabalhos a mais como foi caso do Porto das Pipas

O betão e o alcatrão são necessários ao nosso desenvolvimento mas não matam a fome nem aumentam os salários ou as pensões às pessoas.

Assistimos a um Governo em que as pessoas ficam em segundo plano, quando o ser humano deve ser o centro de qualquer política.

O Governo Regional Socialista deve preocupar-se mais com as pessoas especialmente as mais necessitadas, com aquelas famílias que tem dificuldades em pagar a sua alimentação, a renda ou a prestação da casa ou daqueles cuja pensão não chega para pagar os medicamentos na farmácia.

Não se percebe onde o Governo Regional dos Açores gastou tantos milhões de euros e como em consequência aumentam os sinais de pobreza na Ilha Terceira.

Mais uma vez constatamos que os muitos milhões que o Governo Regional socialista anuncia todos os dias não são sentidos verdadeiramente na vida das pessoas.

Recordamos que os Açores receberam neste último Quadro Comunitário

de Apoio 5.050 Euros / per capita de fundos comunitários, 3, 5 vezes mais do que as Regiões objectivo 1, nomeadamente a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Isto só significa uma coisa: o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista, falharam redondamente na política do desenvolvimento social e económico das famílias.

O PSD denuncia publicamente esta evidência do aumento da situação de dificuldades económicas das pessoas na Ilha Terceira com o intuito do Governo Regional despertar para a existência de políticas mais dirigidas às pessoas.

Os Terceirenses merecem melhor!!! (Angra do Heroísmo, a Comissão Política do PSD da Ilha Terceira) – **Gab. Imp. PSD/Açores**

Notícias do Algarve

Mendes Bota exige suspensão marca Algarve, que diz ser ofensa aos algarvios

O deputado e presidente da CPD do PSD/Algarve, Mendes Bota, exigiu hoje a suspensão da nova marca All-rve, apresentada sexta-feira pelo ministro da Economia, que diz ser uma “ofensa” para o povo algarvio, até que se redefina outra designação.

O programa de valorização turística algarvio, que integra a nova marca Algarve e tem três milhões de euros para animação e promoção, foi apresentado por Manuel Pinho na inauguração da feira “Algarve Convida”, em Lisboa.

Em comunicado, Mendes Bota classifica a criação da marca como “mais um atentado do poder central contra a região” e diz que há muitas décadas que a marca Algarve está consolidada no mercado.

“Proceder a esta alteração só poderá servir para destruir um ‘brand name’ que, a par do vinho do Porto, é dos poucos de que Portugal se pode orgulhar à escala mundial”, afirma o social-democrata.

Apesar de reconhecer mérito no conteúdo da campanha promocional, Mendes Bota rejeita veementemente o título All-garve, que considera tratar-se de “mais uma descaracterização cultural da região” e uma manifestação de “péssimo gosto” e “falta de bom senso”.

Ainda mais, acrescenta, quando é apresentada por um ministro que, depois de “colocar em risco o Algarve às mãos dos magnatas do petróleo”, se permite “derramar dinheiro a brincar com o nome do Algarve e dos algarvios”, que passarão a chamar-se “all-garvios”.

Mendes Bota pediu ainda a todos os autarcas do PSD representados na Região de Turismo do Algarve (RTA) que convoquem uma reunião daquele órgão para repudiar a campanha e recusar colaborar com ela, até que seja reposta a “dignidade” e o “respeito” pelo nome da região.

O programa apresentado por Manuel Pinho advém de investimentos da responsabilidade do Turismo de Portugal e destina-se a concretizar um conjunto de eventos de diversas áreas com o objectivo de “oferecer experiências marcantes em vários domínios” aos visitantes.

Por isso, na opção do Ministro pela marca All-garve, este afirma que se tenta reflectir diversidade, glamour e credibilidade, e o nov o nome é acompanhada do slogan “experiências que marcam”, num programa que vai prolongar-se, pelo menos, por três anos, como garantiram os responsáveis governamentais do sector. - **Lusa**



ALGÉS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Algés, para uma reunião ordinária no próximo dia 19 de Abril de 2007, quinta-feira, pelas 20h30 no Auditório Municipal Amélia Rey Colaço, sito na Rua Eduardo Augusto Pedroso, n.º 16 – A, em Algés, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
 2. Análise da situação política.

ALGUEIRÃO- MEM MARTINS

Nos termos regulamentares e estatutários convoca-se todos os militantes da Secção de Algueirão – Mem Martins, para uma Assembleia de Militantes Ordinária, a reunir no próximo dia 19 de Abril de 2007, quarta-feira, às 21h00, na sede de Secção, sita na Rua do Moinho, 22 – Algueirão, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto um: Informações;
- Ponto dois: Apreciação e votação das contas da secção;
- Ponto três: Análise da situação política.

CABECEIRAS DE BASTO

Mário António Jesus Leite, Presidente da Mesa da Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto do PSD, convoca, nos termos do art.º 51.º, dos Estatutos do PSD, a Assembleia de Secção para o dia 20 de Abril de 2007, sexta-feira, das 21 às 23 horas, na Sede do Partido, no Loteamento do Quinchoso, em Cabeceiras de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ordem do Dia
- 1- Eleição dos órgãos da Secção – Comissão Política e Mesa da Assembleia da Secção.

As listas candidatas aos referidos órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24 horas, do dia 17 de Abril de 2007.

DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Coimbra, para o próximo dia 30 de Março de 2007, pelas 21h00, na sala da Casa da Cultural do Município de Coimbra, na Rua Pedro Monteiro, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;

2. Análise da situação política.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Esposende para reunirem em Plenário no próximo dia 30 de Março de 2007, (sexta-feira) pelas 21 horas, na sede do Partido, na Rua 31 de Janeiro, n.º11, em Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
 2. Análise da situação política e partidária;
 3. Apresentação e votação das contas de 2006;
 4. Balanço dos dois anos de Governo do PS;
 5. Novo Programa do Partido;
 6. Propostas apresentadas pelo PSD;
 7. Outros assuntos de interesse.

MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do PSD de Mação, para reunir no dia 21 de Abril de 2007, pelas 17h00, na sede concelhia, sita na Rua Comandante Manuel Marques, lote 63, em Mação, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 20h00.

As listas candidatas deverão obedecer e respeitar as formalidades regulamentares, e ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia.

NÚCLEO DE BARCOUÇO (MEALHADA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Núcleo de Barcouço, para reunir no dia 21 de Abril de 2007 (sábado) entre as 21h00 e as 23h00, na sede concelhia do PSD da Mealhada, sita no centro comercial jardim, na Mealhada, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: as listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia do PSD da Mealhada

NÚCLEO DO LUSO (MEALHADA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento

Eleitoral, convoca-se o Núcleo do Luso, para reunir no dia 21 de Abril de 2007 (sábado) entre as 21h00 e as 23h00, na sede concelhia do PSD da Mealhada, sita no centro comercial jardim, na Mealhada, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: as listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia do PSD da Mealhada.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD de Oeiras, para a Assembleia de Secção, no dia 28 de Março de 2007, na sede do PSD, Largo Avião Lusitânia, n.º 15, às 21h30, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
 2. Aprovação de contas;
 3. Análise da situação política.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no dia 13 de Abril de 2007 (sexta-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3º andar, Torres Vedras, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
 2. Aprovação do Balanço e Demonstração de Resultados do ano de 2006;
 3. Análise da situação política actual.



CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Coimbra para reunir no próximo dia 1 de Abril de 2007, pelas 17 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure, em Soure, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – XIX Congresso Nacional da JSD;

- 4 – Outros Assuntos de Interesse.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra

(Ricardo Miguel Freire Lopes)

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital de Santarém da JSD, para o Conselho Distrital a realizar no dia 28 de Março de 2007, pelas 20h30, na Sede Distrital do PSD, sita na Calçada Mem Ramires, 10 – 1.º, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Aprovação da Moção ao Congresso Nacional da JSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(António Manuel Jorge)

NÚCLEO DE ALÉM RIO – SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Além Rio (freguesias de Areias, Palmeira, Lama e Sequeiro), para reunir no dia 28 de Abril de 2007, pelas 16 horas na Sede do F. C. Palmeirense, Rua Prof. Tedim, Palmeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

- Nota:
- a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 25 de Abril de 2007, na Sede do PSD/Santo Tirso, no Centro Comercial Carneiro Pacheco, 1.º andar, Loja 5, sita na Rua Carneiro Pacheco, em Santo Tirso.
 - b) A urna funcionará das 16 horas às 18 horas.

A Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso

(Ricardo da Conceição Alves)

NÚCLEO DE RORIZ – SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Roriz, para reunir no dia 28 de Abril de 2007, pelas 16 horas na Rua da Portela, n.º 232, Roriz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

- Nota:
- a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 25 de Abril de 2007, na Sede do PSD/Santo Tirso, no Centro Comercial Carneiro Pacheco, 1.º andar, Loja 5, sita na Rua Carneiro Pacheco, em Santo Tirso.
 - b) A urna funcionará das 16 horas às 18 horas.

A Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso

(Ricardo da Conceição Alves)

NÚCLEO DE VILA DAS AVES – SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos



Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial da JSD de Roriz, para reunir no dia 28 de Abril de 2007, pelas 16 horas, no Edifício Praça da Tojela, Largo D. Eva Machado Guimarães, Vila das Aves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

c) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia 25 de Abril de 2007, na Sede do PSD/Santo Tirso, no Centro Comercial Carneiro Pacheco, 1.º andar, Loja 5, sita na Rua Carneiro Pacheco, em Santo Tirso.

d) A urna funcionará das 16 horas às 18 horas.

A Mesa do Plenário de Secção da JSD de Santo Tirso

(Ricardo da Conceição Alves)

NÚCLEO DE MACIEIRA – LOUSADA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar o Plenário do Núcleo Residencial de Macieira, para reunir no próximo dia 28 de Abril de 2007, pelas 15 horas, na Sede Concelhia do PSD/Lousada, sita na Travessa de Sebastião, em Lousada, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Núcleo e Comissão Política de Núcleo Residencial.

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário (António Filipe Cardoso Barbosa)



Convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Lisboa para o dia 3 de Abril de 2007, pelas 18:00, na sede distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Moção de Estratégia
- 3- Alteração dos Estatutos

Lisboa, 6 de Março de 2007

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD/AML,
(Prof. Carlos Chagas)